

HOSPITAL NAVAL MARCILIO DIAS - MM

Termo de Referência 140/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
140/2025	765720-HOSPITAL NAVAL MARCILIO DIAS - MM	JORGE LUIZ MACHADO JUNIOR	13/01/2026 14:56 (v 6.7)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	88/2025	63148.013011/2024-81

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO



MARINHA DO BRASIL

HOSPITAL NAVAL DE MARCÍLIO DIAS

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

DIVISÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.029/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº63148.013011/2024-81

1.1. Contratação de empresa para execução de Serviços de Manutenção Predial, preventiva e corretiva, incluindo reparos e recomposições das edificações que compõem todo o complexo do HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO DIAS – HNMD, incluindo Escola de Saúde da Marinha - ESM, [a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra], nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento[A1] .

--	--	--	--	--	--

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO MENSAL	Nº DE MESES	VALOR ESTIMADO DO CONTRATO
01	01	Serviços de Manutenção Predial, Preventiva e Corretiva, incluindo reparos e recomposições das edificações que compõem o complexo do HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO DIAS – HNMD, incluindo Escola de Saúde da Marinha conforme 13.1.2 .	R\$ 785.186,65	12	R\$ 9.422.239,80
	02	Serviços Complementares, conforme 13.1.3 .	R\$ 93.642,13	12	R\$ 1.123.705,56
	03	Fornecimento de Materiais, conforme subitem 5.18.8 , deste Termo de Referência. (R\$ 75.000,00 +BDI). Utilizar o ANEXO V — Modelo de Proposta Composição do BDI para Licitante e ANEXO VII — Modelo de Proposta de Preços Consolidada para Licitante	R\$ 94.193,92	12	R\$ 1.130.327,04
Valor Mensal Máximo do Serviço					R\$ 973.022,70
Valor Anual Máximo do Serviço					R\$ 11.676.272,40

~~1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):~~

Órgão Gerenciador:					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO Máxima	Quantidade total

Órgão Participante:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

Órgão Participante:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

1.3. ~~O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.[A4]~~

OU

1.4. O objeto da contratação tem a natureza de **serviço comum de manutenção predial**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

~~1.5. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

OU

1.6. O prazo de vigência da contratação é de **03 (três) anos contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até 10 anos**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que **há necessidade de manutenção predial contínua, conforme fundamentado no histórico de atividades desempenhadas e rotinas de manutenção da mão de obra residente no contrato vigente do HNMD**, sendo a vigência plurianual *mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.*

1.7.1 fundamenta-se nas atividades desempenhadas e rotinas de manutenção da mão de obra residente no contrato vigente do HNMD.

1.7.2. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima,

1.7.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço unitário, com sua execução disciplinada neste instrumento.

1.7.5. As atividades decorrentes dos serviços a serem contratados não se confundem com as inerentes às categorias funcionais do HNMD, nos termos do art. 1º, § 2º do Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

1.7.6. A execução dos serviços será determinada por ocasião da assinatura do c

ou

~~1.8. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo, limitado a um ano da ocorrência da emergência ou calamidade] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos 13.1.1 - Estudos Técnicos Preliminares e demais Apêndices deste Termo de Referência.

2.2. Com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR) de 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) Código PAR:

II) Data da aprovação de inclusão do objeto no PAR:

ou

~~2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.~~

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico do 13.1.1 - Apêndice A, deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A2]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. A CONTRATADA deverá adotar sempre que possível as seguintes práticas:4.1.2. Utilizar produtos de baixo impacto ambiental, bem como dar preferência pela utilização de produtos recicláveis;
- 4.1.2. Deverá destinar os resíduos como: óleos lubrificantes, borracha, entulhos de metal, entre outros similares para reciclagem, anexando ao relatório mensal a comprovação da destinação;
- 4.1.3. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 4.1.4. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.
- 4.1.5. Utilização de equipamentos com selo PROCEL que apresentem baixo consumo de energia;
- 4.1.6. Para produtos fabricados em madeira, deverá ser apresentado a Equipe de Fiscalização o seu certificado de procedência da madeira - DOF (emitido pelo IBAMA), comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou reflorestamento;
- 4.1.7. Os produtos químicos aplicados deverão observar a rotulagem que é obrigatória e testada pela ANVISA;
- 4.1.8. A documentação entregue no contrato deverá ser derivado de envelopes e papéis recicláveis, exceção somente admitida para os que não possuem origem reciclável;
- 4.1.9. Deverão utilizar materiais atóxicos ou biodegradáveis sempre que possível;
- 4.1.10. Destinar corretamente as lâmpadas, baterias, pilhas, atestando sua destinação a Equipe de Fiscalização no relatório mensal do contrato;
- 4.1.11. Para os materiais de limpeza, deverão utilizar produtos concentrados que utilizam menor quantidade de matéria prima e água na sua fabricação, sendo estes acondicionados em embalagens menores;
- 4.1.12. Para execução de limpeza e manutenções de conservação, deverão utilizar sabão em barra e detergentes em pó preferencialmente à base de coco ou isentos de fósforo e, quando inexistentes no mercado, exigência de comprovação de teor que respeite o limite máximo de concentração de fósforo, conforme Resolução 395/2005 do CONAMA;
- 4.1.13. Utilizar embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar;
- 4.1.14. Esponjas para utilização na limpeza e conservação deverão ser fabricadas com solvente à base d'água;
- 4.1.15. Priorizar utilização de produtos que possuam comercialização em refil;
- 4.1.16. As lâmpadas utilizadas no contrato deverão ser sempre de LED, salvo casos excepcionais onde não existam modelos aplicáveis sendo a justificativa apresentada a Equipe de Fiscalização;
- 4.1.17. No corpo das pilhas de baterias deverão constar informações que atendam ao disposto no art. 16 da Resolução n.º 401/2008 - CONAMA;
- 4.1.18. A CONTRATADA deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 4.1.19. A CONTRATADA deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE;
- 4.1.20. No emprego de tintas para execução de atividades, deverá utilizar as que são a base de água, livre de compostos orgânicos voláteis, sem pigmentos à base de metais pesados, fungicidas sintéticos ou derivados do petróleo, salvo nos casos onde for determinado por recomendações do fabricante ou normas específicas;
- 4.1.21. Empregar outros materiais em substituição ao asbesto/amianto;

4.1.22. A CONTRATADA deverá elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

4.1.23. A CONTRATADA deverá elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

4.1.24. A CONTRATADA deverá assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme Resolução n.º 98/2012 do CSJT;

4.1.25. Manter todas as condições de qualificação durante toda a vigência contratual.

Indicação de marcas ou modelos

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares. (...) [A3].~~

4.2.1. Para alguns insumos elencados no 13.1.2 - **Apêndice B**, foram indicadas marcas de referência. Tal indicação possui o viés de apenas facilitar a descrição dos materiais, tendo em vista a grande quantidade de modelos existentes no mercado, com tecnologias, qualidade, desempenho e produtividades distintas.

4.2.2. A referida indicação, portanto, ampara-se no art. 41, inciso I, alínea d da Lei nº 14.133, de 2021

4.2.3. Todas as indicações incluem as expressões “ou equivalente” ou “similar”, conforme preconiza a legislação.

~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº ~~XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX~~, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas. [A4]~~

~~4.3.1. [...],~~

~~4.3.2. [...], e~~

~~4.3.3. [...].~~

~~Da exigência de carta de solidariedade [A5] e~~

~~4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Subcontratação [A6]

~~4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.~~

ou

~~4.6. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de ~~XX%~~ (~~xxxxx~~ por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições. [A7]~~

~~4.7. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

~~4.7.1. [...],~~

~~4.7.2. [...], e~~

~~4.7.3. [...].~~

4.8. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto, até o limite de 15 % (quinze por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.8.1. A CONTRATADA deverá supervisionar e coordenar os trabalhos das subcontratadas, assumindo total responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

4.8.2. É vedada a subcontratação completa ou do objeto principal (ex.: subcontratação de mão de obra para fornecimento exclusivo no HNMD);

4.8.3. Sistema de ponto biométrico poderá ser objeto de subcontratação;

4.8.4. Aluguéis de sistema de comunicação poderão ser objeto de subcontratação;

4.8.5. Aluguel de software de gestão da manutenção predial poderá ser objeto de subcontratação;

4.8.6. Serviço de supervisão e controle da segurança do trabalho dos funcionários, devidamente habilitado, poderá ser objeto de subcontratação, tendo como base a carga horária máxima de 40 horas mensais;

4.8.7. O serviço de moldagem e cura de corpos de prova, retirada por moldes de concreto na betoneira, fim de analisar testes de resistência à compressão, possibilitando relatórios técnico em empresas e/ou laboratórios credenciadas por INMETRO, poderá ser objeto de subcontratação;

4.8.8. Serviços que aqui não observados e que se fizerem necessários para execução do objeto e que forem necessárias a sua subcontratação serão de responsabilidade da CONTRATADA, atendendo aos seguintes quesitos:

4.8.8.1. Justificativa detalhada contendo no mínimo: descrição dos serviços a serem executados pela subcontratada; cópia do estatuto social da empresa; declaração de responsabilidade quanto à análise da conformidade documental e habilitação da subcontratada, inclusive quanto à compatibilidade da empresa frente ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado, devendo a Contratada zelar rigorosamente pela execução dos serviços subcontratados.

4.8.8.2. Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre o HNMD e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações legais e contratuais;

4.8.8.2.1. CONTRATADA deverá informar previamente ao gestor deste contrato a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste instrumento, bem como qualquer substituição de subcontratada, e, se autorizadas, comprovadas com os respectivos contrato e distrato entre as partes ou outro instrumento equivalente;

4.8.8.2.2. A CONTRATADA tomará as providências cabíveis e responsabilizar-se-á pelo pleno atendimento, por parte das empresas subcontratadas, às determinações do Edital, do Contrato e documentos relacionados; e

4.8.8.2.3. A CONTRATADA obriga-se a inserir, no contrato ou instrumento equivalente de prestação de serviços que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado;

4.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.10. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.11. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.13. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

Garantia da contratação[A8]

~~4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

OU

4.15. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

~~4.15.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.[A11]~~

4.16. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. [A12]

4.16.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.16.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.16.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.16.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.16.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.17. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A13]

4.18. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.19. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.20. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.20.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.21. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.21.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.21.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.21.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.22. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial[A14] .

4.23. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.24. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.25. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .

4.26. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.26.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.26.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.27. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.27.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.27.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.28. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.28.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.28.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.28.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.29. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.30. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.31. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

~~4.32. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.~~

ou

4.33. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a quinta-feira, das 08h00min às 12h00min e de segunda a quinta-feira das 13h30min às 15h30min devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone 2599-5426.

4.34. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.[A16]

4.35. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria[A17] .

~~4.35.1 ... [incluir outras instruções sobre vistoria];~~

~~4.35.2. ... [incluir outras instruções sobre vistoria];~~

4.36. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.37. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.38. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados[A18] que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de [indicar o Município /UF], pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Margem de Preferência

~~4.39. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência [normal] OU [adicional] de %, prevista no Decreto n.º, conforme disposto na Resolução n.º da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS[A19].~~

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução[A2]

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

~~5.1.1. Início da execução do objeto. XX dias [da assinatura do contrato] OU [da emissão da ordem de serviço].~~

~~5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho. [...].~~

~~5.1.3. Cronograma de realização dos serviços. [...].~~

~~5.1.4. Etapa ... Período / a partir de / após concluído ...[A3]~~

5.1.5 Definições:

5.1.5.1. CONTRATANTE: O HNMD, que neste contrato, tem como obrigação efetuar mensalmente o pagamento das faturas de serviços da Contratada, após a aprovação da Fiscalização.

5.1.5.2. DIREÇÃO/ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL: Cabe a Direção e Administração do Hospital priorizar a relação de serviços corretivos e de adaptação de “layout” fornecida pelos chefes dos setores, que deverão ser executados pela Contratada após serem aprovados pela Direção.

5.1.5.3. CONTRATADA: Empresa contratada para executar a manutenção predial do Hospital de acordo com este Termo de Referência, cujas obrigações estão explicitadas no Edital.

5.1.5.4. FISCALIZAÇÃO: Arquiteto, Engenheiro ou Militar designado pelo Hospital para exercer a fiscalização do contrato de manutenção predial, de acordo com o Termo de Referência.

5.1.5.5. RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS: Documento próprio, com páginas numeradas, consecutivas, providenciadas pela Contratada, que também é parte integrante do Contrato. Neste relatório serão lançados os serviços emergenciais e as rotinas cumpridas, o efetivo diário de funcionários e demais eventos considerados relevantes aos serviços. Através de tal relatório se estabelecerá a interlocução entre Fiscalização e a Contratada. Tal relatório deverá ser entregue mensalmente à fiscalização, antes que a Nota Fiscal referente ao serviço prestado no relativo mês seja entregue ao HNMD.

5.1.5.6. PLANO DE MANUTENÇÃO: Cronograma de eventos fundamentado nos procedimentos e rotinas de manutenção preventivas recomendadas pelas Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais e Manuais de Manutenção dos fabricantes e fornecedores dos componentes e sistemas da edificação, incluindo os serviços de manutenção corretiva, de acordo com as necessidades do Hospital. Deverá ser aprovado pela Fiscalização.

5.1.5.7. Todos os procedimentos e rotinas de manutenção preventivas utilizadas deverão ser continuamente avaliados, ajustados e complementados pelo Contratante.

5.1.5.8. MANUTENÇÃO PREVENTIVA: São as tarefas (rotinas) executadas de acordo com o cronograma físico estabelecido no Plano de Manutenção e Operações e Controle (PMOC) aprovado pela Fiscalização, bem como, atendimento à Normas Técnicas relacionadas. Estas rotinas visam, de forma programada, a identificação e/ou a antecipação de problemas, antes de uma quebra ou interrupção dos serviços e/ou sistemas de instalação do hospital, além de reduzir a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação. O atendimento à solicitação do serviço de natureza preventiva deverá ser imediato.

5.1.5.9. MANUTENÇÃO CORRETIVA: São os serviços de correção de defeitos e falhas identificadas pela Equipe de Manutenção Preventiva ou por Pedidos de Serviço/Ordens de Serviço. Incluem-se as adaptações de locais para instalação de novos equipamentos ou de uso. A Contratada tem períodos previamente definidos para atendimento das Ordens/Pedidos de serviço de acordo com a complexidade das demandas: até 5 dias para serviços de baixa e média complexidade e até 20 dias para serviços de grande complexidade, definidos os níveis de complexidade pela fiscalização..

5.1.5.10. SITUAÇÕES EMERGENCIAIS: As situações de emergência, que envolvam risco a segurança patrimonial ou de pessoas ou a disponibilidade dos sistemas e infraestruturas prediais, deverão ser tratadas prontamente pela Contratada.

5.1.5.11. Para a resolução dos problemas a Contratada deverá emendar todos os esforços necessários, comunicando o/a Fiscal do Contrato e providenciando toda a mão de obra e materiais necessários. A Contratante fará o ressarcimento de despesas decorrentes de ações emergenciais previamente autorizadas, desde que a motivação não tenha como origem a execução insatisfatória de serviços de responsabilidade da Contratada. Todo e qualquer serviço necessário ao pronto funcionamento do Hospital, em qualquer hora do dia ou da noite.

5.1.5.12. PRÁTICAS DE CONSTRUÇÃO: Contidas na Portaria nº 2296, de 23 de julho de 1977, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, publicada como suplemento ao Diário Oficial da União de 31 de julho de 1977, Seção 1, 248p., constatando as Práticas de Projeto, Práticas de Construção e Práticas de Manutenção.

5.1.5.13. LOCAL DE TRABALHO DA CONTRATADA: A contratada deverá alocar-se nas dependências do HNMD para efetuar os serviços previstos neste Termo de Referência. O HNMD cederá o espaço para alocação da equipe de colaboradores da contratada, e a mesma deverá fornecer estrutura necessária para o bom desempenho dos serviços.

5.1.5.14. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO: A contratada terá 7 dias corridos para iniciar a execução dos serviços, após a assinatura do contrato com a contratante.

5.1.6. Especificações e Normas

5.1.6.1. Os serviços serão realizados conforme indicam as rotinas, as especificações dos fabricantes e as normas da ABNT:

5.1.6.1.1. Orientações dos fabricantes dos equipamentos sobre as periodicidades e manutenções preventivas e preditivas a serem realizadas;

5.1.6.1.2. NBR 16747:2020 – Inspeção predial – Diretrizes, conceitos, terminologia e procedimento;

5.1.6.1.3. NBR 5674:2012 – Manutenção de edificações — Requisitos para o sistema de gestão de manutenção;

5.1.6.1.4. NBR 1526:2016 – Instalação predial de água fria;

5.1.6.1.5. NBR 16280:2015 – Reforma em edificações — Sistema de gestão de reformas — Requisitos;

5.1.6.1.6. NBR 15571:2013-1 – Edificações Habitacionais – Desempenho Parte 1: Requisitos Gerais;

5.1.6.1.7. NBR 15704:2011-Registro – Requisitos e métodos de ensaio Parte 1: Registros de pressão;

5.1.6.1.8. NBR 14941:2020 – Tintas para construção civil — Método para avaliação de desempenho de tintas para edificações não industriais — Determinação da resistência de tintas, vernizes e complementos ao crescimento de fungos em placas de Petri sem lixiviação;

5.1.6.1.9. NBR 14644-4:2019 – Salas limpas e ambientes controlados associados
Parte 4: Projeto, construção e partida;

5.1.6.1.10. NBR 14942:2019 – Tintas para construção civil — Método para avaliação de desempenho de tintas para edificações não industriais — Determinação do poder de cobertura de tinta seca;

5.1.6.1.11. NBR 15079-1:2019 – Tintas para construção civil – Requisitos mínimos de desempenho. Parte 1: Tinta látex fosca nas cores claras;

5.1.6.1.12. NBR 15079-2:2019 – Tintas para construção civil – Requisitos mínimos de desempenho. Parte 2: Tintas látex semi-acetinada, acetinada e semibrilho nas cores claras;

5.1.6.1.13. NBR 14833-1:2014 – Revestimento de pisos laminados melamínicos de alta resistência. Parte 1: Requisitos, características, classificações e métodos de ensaio;

5.1.6.1.14. NBR 14833-2:2014 – Revestimentos de pisos laminados melamínicos de alta resistência. Parte 2: Procedimentos para aplicação e manutenção;

5.1.6.1.15. NBR 13753:1996 – Revestimento de piso interno ou externo com placas cerâmicas e com utilização de argamassa colante – Procedimento;

5.1.6.1.16. NBR 9817:1987 – Execução de piso com revestimento cerâmico – Procedimento;

5.1.6.1.17. NBR 16416:2015 – Pavimentos permeáveis de concreto – Requisitos e procedimentos;

5.1.6.1.18. NBR 15953:11 – Pavimento intertravado com peças de concreto — Execução;

5.1.6.1.19. NBR 154863:2013 – Placas cerâmicas para revestimento — Porcelanato;

5.1.6.1.20. NBR 16522:2016 – Alvenaria de blocos de concreto – Métodos de ensaio;

5.1.6.1.21. NBR 6118:2014 – Projeto de estruturas de concreto — Procedimento;

5.1.6.1.22. NBR 14931:2004 – Execução de estruturas de concreto – Procedimento;

5.1.6.1.23. NBR 13531:1995 – Elaboração de projetos

5.1.6.1.24. DGMM 0601, Revisão 6, da Diretoria Geral do Material da Marinha;

5.1.6.1.25. Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019;

5.1.6.2. Caso alguma destas Normas seja revisada ou substituída, passará a valer a versão mais recente vigente.

5.1.6.3. A Contratada deverá apresentar, no primeiro mês de vigência do contrato, todas as rotinas de manutenção dos Sistemas e seus equipamentos no software composto por QR-Code, conforme as normas técnicas, as especificações dos fabricantes e as particularidades do Hospital.

5.1.6.4. Os materiais empregados deverão ser de qualidade igual ou superior aos existentes, assim como todos os materiais empregados na execução dos serviços deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes da ABNT. Na aplicação dos materiais, deverão ser seguidas as recomendações dos fabricantes.

5.1.6.5. Dois materiais ou equipamentos são EQUIVALENTES quando desempenham idênticas funções construtivas e apresentam as mesmas características exigidas na especificação. Não havendo, neste caso, compensação financeira.

5.1.6.6. Dois materiais ou equipamentos são SEMELHANTES quando desempenham idênticas funções construtivas, mas não apresentam as mesmas características exigidas na especificação. Havendo, neste caso, a compensação financeira para o Contratante ou a Contratada.

5.1.6.7. Durante o decorrer dos serviços, de acordo com as necessidades, serão produzidos levantamentos, desenhos complementares ou de modificações que se incorporarão ao acervo de plantas do Hospital, através da metodologia BIM (Building Information Modeling).

5.1.7. Definições e especificações dos serviços

5.1.7.1. Arquitetura e Elementos de Urbanismo

5.1.7.1.1. Os serviços a serem executados deverão obedecer às diretrizes e critérios anteriormente estabelecidos, além daquelas contratualmente ajustadas.

5.1.7.1.2. Os serviços considerados preliminares tais como: demolições, transportes, remoção e tapumes de vedações deverão ser executados de modo a minimizar os estragos nas áreas não danificadas, preservando a integridade dos demais elementos, sem interferir nas rotinas de funcionamento da unidade hospitalar.

5.1.7.1.3. Os serviços de conservação e manutenção em arquitetura normalmente restringem-se à substituição de elementos quebrados ou deteriorados. Esta substituição deve ser feita após a remoção do elemento falho e da reconstituição original, se assim for o caso, de sua base de apoio, adotando-se, então, o mesmo procedimento construtivo descrito nas Práticas de Construção correspondentes.

5.1.7.1.4. Conforme o caso será necessário a substituição de toda uma área ao redor do elemento danificado, de modo que, na reconstituição do componente, não sejam notadas áreas diferenciadas, manchadas ou de aspecto diferente, bem como seja garantido o mesmo desempenho do conjunto.

5.1.7.1.5. Se a deterioração do elemento for devido a causas ou efeitos de base, esta deverá também ser substituída.

5.1.7.1.6. Outras causas decorrentes de sistemas danificados de áreas técnicas diversas, como hidráulica, e outras, deverão ser verificadas e sanadas antes da correção da arquitetura.

5.1.7.1.7. **Alvenaria, Revestimentos:** Deverá ser descascado ou retirado o revestimento de todo o componente, deixando à mostra a trinca, rachadura ou área deteriorada. Proceder-se-á então ao seu alargamento e verificação de causa para sua correção. Após a correção, deverá ser feito preenchimento com argamassa de cimento e areia no traço volumétrico de 1:3, até obter-se um nivelamento perfeito da superfície.

5.1.7.1.7.1. Posteriormente será aplicado o revestimento para realizar o acabamento de todo o componente original, atentando-se para a não formação de áreas de aspecto e desempenho diferentes.

5.1.7.1.8. Divisórias: Instalação, substituição das danificadas e realocação conforme “leiaute”, inclusive estrutura de suporte, ferragens de porta e fechamento de placas de gesso acartonado, placa cimentícia ou similar.

5.1.7.1.9. **Pinturas (piso, paredes e teto):** Na constatação de falhas ou manchas, ou mesmo em caso de conservação preventiva de qualquer pintura de componente da edificação, deverá ser realizado o lixamento completo da área ou componentes afetados, tratamento de base ou da causa do aparecimento das manchas ou falhas, quando houver.

5.1.7.1.9.1. Posteriormente, proceder-se-á a recomposição total da pintura nas mesmas características da original, ou com novas características se assim for determinado.

5.1.7.1.10. **Revestimentos cerâmicos, vinílicos ou melamínicos e outros piso, paredes e tetos:**

5.1.7.1.10.1. Se placas ou peças do revestimento se destacarem, deverá ser retirado o revestimento de toda a área em volta e verificar a existência ou não de problemas na estrutura do piso.

5.1.7.1.10.2. Se houver problemas de dilatação excessiva, recomendar-se-á a substituição de todo o piso por elementos mais flexíveis.

5.1.7.1.10.3. Se não, proceder-se-á a recomposição do piso, sendo adotado o mesmo processo construtivo descrito nas Práticas de Construção correspondente.

5.1.7.1.11. Coberturas:

5.1.7.1.11.1. A recomposição de elementos da cobertura deverá ser feita sempre que forem observados vazamentos ou telhas quebradas.

5.1.7.1.11.2. Deverão ser seguidos sempre os manuais do fabricante, e nunca fazer inspeção ou troca de elementos com as telhas montadas.

5.1.7.1.12. Impermeabilizações: As impermeabilizações de coberturas deverão ser feitas periodicamente de acordo com as recomendações do fabricante. Recomendar-se-á a retirada de todo o revestimento, limpeza da área a ser tratada, verificação dos caimentos, das argamassas, das furações, e refazimento completo da impermeabilização. Onde for possível, poderá ser substituída por cobertura de telhado. Caso seja vislumbrado impermeabilização de longos trechos e que demandem grande obra, deve ser repassado a fiscalização que buscará solução alternativa.

5.1.7.1.13. Esquadrias e ferragens: Substituir e/ou recuperar portas, janelas, portões e demais elementos de vedação, seguindo a especificação do material existente ou utilizando os materiais disponíveis no mercado tais como: PVC, ferro, madeira ou alumínio.

5.1.7.1.14. Balcões e outros: Recuperar com substituição das partes danificadas ou confecção de peças (prateleiras, balcões e outros), quando solicitado.

5.1.7.2. Pavimentação

5.1.7.2.1. Pavimentos de concreto com juntas: Periodicamente deverá ser realizada a limpeza das juntas e o rejuntamento dos pontos onde o material selante não se apresentar em boas condições. As placas danificadas deverão ser parcial ou totalmente restauradas, adotando-se os processos construtivos descritos nas Práticas de Construção.

5.1.7.2.2. Pavimentos em paralelepípedo: A inspeção periódica da superfície deverá delimitar os pontos e áreas com afundamentos. Nestes locais pontuais será realizada a remoção/substituição dos paralelepípedos e a reconstituição da camada de base, seguida da reposição das peças removidas e rejuntamento apenas na área danificada. Mesmo em áreas ou pontos sem afundamentos, o rejuntamento deverá ser feito sempre que necessário. Os serviços deverão ser executados de conformidade com os procedimentos indicados nas Práticas de Construção. Caso seja vislumbrado longos trechos a serem pavimentados e que demande grande obra, deve ser repassado a fiscalização que buscará solução alternativa.

5.1.7.2.3. Pavimentos asfálticos:

5.1.7.2.3.1. Será prevista a reconstruções pontuais da estrutura do pavimento nos locais onde for constatada a existência de afundamentos ou buracos, os quais não demandem obra de grande complexidade. As áreas poderão ser demarcadas com a configuração de um quadrilátero com lados paralelos e perpendiculares ao eixo do pavimento.

5.1.7.2.3.2. Após o corte vertical e a remoção das camadas danificadas do interior da área demarcada, será realizada a sua reconstrução, de conformidade com os procedimentos indicados nas Práticas de Construção. As anomalias de maior gravidade, que requeiram reforço ou recomposição do pavimento deverão ser solucionadas com a orientação de profissional habilitado.

5.1.7.3. Fundações e Estruturas:

5.1.7.3.1. Estrutura de concreto

5.1.7.3.1.1. Fissuras: A existência de fissuras pode indicar problemas na estrutura da edificação, devendo ser caracterizada quanto ao tipo e localização. A análise das características e aspecto das fissuras permite relacioná-las com prováveis causas geradoras:

5.1.7.3.1.1.1. Tração: Perpendiculares a direção do esforço atuante e abrangendo toda a seção transversal da peça;

5.1.7.3.1.1.2. Compressão: Paralelas à direção do esforço atuante;

5.1.7.3.1.1.3. Cisalhamento: Inclínadas na direção paralela às bielas de compressão e geralmente localizadas próximas aos apoios;

5.1.7.3.1.1.4. Flexão: Perpendiculares ao eixo da estrutura e situando-se na região tracionada do elemento estrutural;

5.1.7.3.1.1.5. Retração: Geralmente perpendiculares aos eixos dos elementos estruturais;

5.1.7.3.1.1.6. Torção: Inclínadas como as fissuras de cisalhamento, porém com direção dependendo do sentido da torção; e

5.1.7.3.1.1.7. Recalques: Inclínadas como fissuras de cisalhamento.

5.1.7.3.1.2. Um parecer técnico – elaborado por profissional habilitado – será importante na definição das causas geradoras, bem como na determinação da terapia da estrutura a ser adotada. Selantes elásticos rígidos, ou mesmo um reforço pontual poderão ser propostos, caso seja identificada a necessidade de grande intervenção (que demande obra) para recompor qualquer estrutura, deverá ser informado a fiscalização, para buscar soluções alternativas.

5.1.7.3.2. Pontos de corrosão nas armaduras: A corrosão está diretamente associada à segurança da estrutura, pois reduz a seção transversal das armaduras. As possíveis causas são:

5.1.7.3.2.1. Pequeno cobrimento das armaduras e Infiltrações diversas

5.1.7.3.2.2. As terapias podem ser divididas em grupos:

5.1.7.3.2.2.1. Oxidação sem comprometimento das armaduras:

5.1.7.3.2.2.2. Remover todo o concreto desagregado ;

5.1.7.3.2.2.3. Limpar a armadura com escova de aço e

5.1.7.3.2.2.4. Recompor com argamassa epoxídica.

5.1.7.3.2.2.5. Oxidação com comprometimento das armaduras:

5.1.7.3.2.3. A metodologia será a mesma anterior com substituição do trecho de barra comprometida pela corrosão.

5.1.7.3.2.4. Deslocamentos excessivos: Deslocamento dos elementos estruturais fora do padrão normal deverá ser observado para a verificação e acompanhamento adequados. Um parecer técnico, elaborado por profissional habilitado será importante para determinar a necessidade de instalação de instrumentos de medida e avaliação estrutural.

5.1.7.3.3. Estruturas metálicas

5.1.7.3.3.1. Pontos de corrosão: Será realizada a limpeza da área afetada, que poderá ser manual, através de escovas de aço, mecânicas, através de esmeril ou jateamento com areia ou grimalha. Após a limpeza deverá ser medida a espessura da chapa na região afetada para avaliação das condições de segurança e da necessidade de reforço da estrutura. A recomposição da pintura, através de procedimentos análogos ao da aplicação original e recomendações das fabricantes, serão executadas após a avaliação e eventual reforço estrutural.

5.1.7.3.3.2. Parafusos frouxos: A existência de parafusos frouxos indica uma estrutura com movimentação atípica, não prevista no projeto. De início, os parafusos deverão ser novamente apertados. Os afrouxamentos constantes de um mesmo parafuso justificam uma avaliação e eventual reforço estrutural, pois tal comportamento poderá levar a estrutura à ruína, por fadiga do material.

5.1.7.3.3.3. Deslocamentos excessivos: Deslocamentos dos componentes da estrutura fora do padrão normal deverão ser observados para verificação e acompanhamento adequados. Um parecer técnico, por profissional habilitado será importante para determinar a necessidade de instalação de instrumentos de medida e avaliação estrutural.

5.1.7.3.3.4. Trincas em soldas e chapas de base: As trincas que vierem a ser detectadas tanto em soldas quanto nos materiais de base, deverão ser recuperados de acordo com as recomendações da AWS D1.1 (Structural Welding Code da American Welding Society). O frequente aparecimento de trincas na mesma região justifica uma avaliação e eventual reforço da estrutura.

5.1.7.3.3.5. Falhas na pintura: As falhas que vierem a ser detectadas, tanto em soldas quanto nos materiais de base, deverão ser recuperadas de acordo com as recomendações da AWS D1.1 (Structural Welding Code da American Welding Society); O frequente aparecimento de trincas na mesma região justifica uma avaliação e eventual reforço da estrutura.

5.1.7.3.4. Estrutura de Madeira

5.1.7.3.4.1. Ataques de fungos de apodrecimento: Deverão ser observados os cuidados necessários para evitar o apodrecimento das peças de madeira provocado pelo ataque de fungos, que ocorre na conjunção de condições favoráveis de umidade, oxigênio livre (ar) e temperatura.

5.1.7.3.4.1.1. Deverão ser removidas as causas de umidade e infiltração, como as provenientes de goteiras em telhados, as resultantes do afastamento deficiente de águas pluviais e as decorrentes do acúmulo e condensação de água em pontos localizados.

5.1.7.3.4.1.2. Será dispensada atenção especial aos elementos estruturais em contato com o solo, verificando-se o estado de conservação do trecho situado na chamada “Zona de Afloramento” (de 50 cm abaixo da superfície do terreno, até 50 cm acima), onde ocorrem as condições favoráveis ao rápido apodrecimento do material.

5.1.7.3.4.1.3. Se for constatado o apodrecimento de peças da estrutura, será executada inicialmente a remoção do material deteriorado através de ferramentas manuais ou mecânicas adequadas, mantendo-se as condições de segurança da estrutura. Posteriormente será efetuada avaliação da extensão dos danos e a necessidade de reforço ou de substituição das peças enfraquecidas. Se for detectado necessidade de grande intervenção (obra complexa), esta demanda deverá ser repassada a Fiscalização, para a busca de solução alternativa.

5.1.7.3.4.1.4. Estes procedimentos deverão ser realizados com o apoio de parecer emitido por profissional habilitado.

5.1.7.3.4.2. Ataques de organismos xilófagos: Durante as inspeções periódicas deverá ser pesquisada a existência de ataques, nos elementos estruturais, por cupins, bricas, carunchos ou outros organismos xilófagos.

5.1.7.3.4.2.1. São indícios de ataques por cupins, a ocorrência de som típico ou “oco”, obtido através de percussão dos elementos estruturais, a existência de “tuneis de terra” nas proximidades da estrutura ou ainda excrementos ou resíduos característicos. A confirmação do ataque poderá ser realizada através do punctionamento da peça com estilete ou formão.

5.1.7.3.4.2.2. Constatado o ataque, deverão ser providenciadas a imunização da madeira com produtos adequados; também deverá ser avaliada a extensão dos danos existentes e a necessidade de reforço ou substituição das peças enfraquecidas.

5.1.7.3.4.2.3. Estes procedimentos deverão ser realizados com o apoio de parecer emitido por profissional habilitado.

5.1.7.3.4.3. Dispositivos de ligação: Serão examinados os dispositivos de ligação, verificando-se a sua integridade e as condições gerais de fixação. Em especial, verificar-se-á a existência de parafusos frouxos, o que indica movimentação atípica da estrutura, não prevista em projeto. De início, os parafusos deverão ser novamente apertados. O afrouxamento constante de um mesmo parafuso justifica uma avaliação e eventual reforço da estrutura, com orientação de profissional habilitado.

5.1.7.3.4.4. Contraventamentos: Deverá ser realizada a inspeção-geral dos Contraventamentos da estrutura, verificando-se a sua integridade e as ligações à estrutura principal. Os reparos necessários serão realizados sob orientação de profissional habilitado.

5.1.7.3.4.5. Deslocamentos excessivos: Deslocamentos anormais dos componentes da estrutura deverão ser identificados e adequadamente aferidos, utilizando-se eventualmente instrumentos de medida. O acompanhamento e a evolução dos deslocamentos deverão ser realizados com o apoio de profissional habilitado.

5.1.7.3.4.6. Fissuras e fendas: Deverá ser observada a presença de fissuras e fendas nos elementos estruturais e ainda de eventuais zonas de esmagamento ou de flambagens localizadas, decorrentes de carregamento não previstos ou de mau desempenho da estrutura. Eventuais reparos e reforços necessários serão realizados sob orientação de profissional habilitado. Caso seja vislumbrado necessidade de grande intervenção para recuperação estrutural (grande obra) deverá ser repassado a fiscalização, para buscar soluções alternativas.

5.1.7.3.4.7. Falhas na pintura: As falhas ou manchas na pintura das estruturas deverão ser recuperadas de conformidade com os procedimentos originais e recomendações dos fabricantes. As causas do apodrecimento das falhas e manchas serão pesquisadas a fim de se evitar a sua reincidência

5.1.7.3.5. Fundações

5.1.7.3.5.1. Os problemas relacionados com o desempenho das funções das edificações normalmente refletem-se nas suas estruturas. A existência de fissuras nas estruturas pode indicar anomalias nas fundações. Um parecer técnico, elaborado por profissional habilitado e por um consultor especializado em fundações, será importante na definição das causas geradoras das fissuras, bem como na definição das medidas corretivas a serem aplicadas na edificação.

5.1.7.3.5.2. Se o problema não for de fácil diagnóstico, poderá ser necessária a execução de um plano de instrumentação para a perfeita definição das suas causas. O plano deverá exigir um determinado prazo de observação, realizada através de leituras de instrumentos adequados, até que se verifique a causa do problema.

5.1.7.3.5.3. Conhecidas as causas do problema, serão estabelecidos os procedimentos necessários à solução das anomalias, usualmente consistindo de um reforço nas fundações e de medidas corretivas das estruturas da edificação. O reforço das fundações deve ser projetado por um consultor de fundações, com a experiência necessária para a definição da solução mais adequada às condições específicas da edificação. Caso seja vislumbrado necessidade de grande intervenção para recuperação estrutural (grande obra) deverá ser repassado a fiscalização, para buscar soluções alternativas.

5.1.7.4. Instalações Hidráulicas e Sanitárias

5.1.7.4.1. A Contratada deverá realizar a verificação de toda a infraestrutura do sistema de hidráulica deste hospital e, quando necessário, realizar o reparo ou substituição de quaisquer componentes deste sistema. A Contratada deverá estabelecer uma rotina de verificação e manutenção, que deverá atender os requisitos descritos abaixo.

5.1.7.4.2. Instalações Hidráulicas – Água Fria

5.1.7.4.2.1. Reservatórios e cisternas – Semestral

5.1.7.4.2.1.1. Inspeccionar, reparar, limpar e substituir os medidores de nível, torneira de bóia, extravasor, sistema automático de funcionamento das bombas, registros de válvulas de pé e de retenção.

5.1.7.4.2.1.2. Verificar a ventilação do ambiente e das aberturas de acesso;

5.1.7.4.2.1.3. Controlar o nível de água para verificar vazamentos;

5.1.7.4.2.1.4. Inspeccionar as tubulações imersas na água; e

5.1.7.4.2.1.5. Corrigir os problemas detectados.

<u>Áreas Identificadas</u>	<u>Capacidade</u>	<u>Localização</u>
<u>Cisterna nº 1</u>	<u>315 m³</u>	<u>Área Externa – Pátio da Bandeira</u>
<u>Cisterna nº 2</u>	<u>275 m³</u>	<u>Área Externa – Pátio da Bandeira</u>
<u>Cisterna nº 3</u>	<u>315 m³</u>	<u>Área Externa – Pátio da Bandeira</u>
<u>Cisterna nº 4</u>	<u>315 m³</u>	<u>Área Externa – Pátio da Bandeira</u>
<u>Reservatório Elevado nº 1</u>	<u>145 m³</u>	<u>14º andar – Antigo Heliponto</u>
<u>Reservatório Elevado nº 2</u>	<u>145 m³</u>	<u>14º andar – Antigo Heliponto</u>
<u>IPB</u>	<u>15 m³</u>	<u>Cobertura do IPB</u>
<u>PM</u>	<u>4 m³</u>	<u>Cobertura PM</u>
<u>PCF</u>	<u>4 m³</u>	<u>Cobertura PCF</u>
<u>Escola de Saúde</u>	<u>9 m³</u>	<u>Cobertura Escola de Saúde</u>
<u>Abrigo de Resíduos</u>	<u>3 m³</u>	<u>Cobertura – Abrigo de Resíduos</u>
<u>Carpintaria</u>	<u>5 m³</u>	<u>Cobertura – Carpintaria</u>
<u>Garagem</u>	<u>1 m³</u>	<u>Cobertura – Garagem</u>
<u>Academia</u>	<u>2 m³</u>	<u>Cobertura – Academia</u>
<u>Creche</u>	<u>7 m³</u>	<u>Cobertura – Creche</u>
<u>DIP</u>	<u>7 m³</u>	<u>Cobertura – DIP</u>
<u>Cantina</u>	<u>2 m³</u>	<u>Cobertura – Cantina</u>

5.1.7.4.2.2. Bombas hidráulicas – Mensal

- 5.1.7.4.2.2.1. Inspeccionar as gaxetas, manômetros e ventilação do ambiente;
- 5.1.7.4.2.2.2. Lubrificar os rolamentos, mancais e outros;
- 5.1.7.4.2.2.3. Verificar o funcionamento do comando automático; e
- 5.1.7.4.2.2.4. Corrigir os problemas detectados.

5.1.7.4.2.3. Válvulas e caixas de descargas – Mensal

- 5.1.7.4.2.3.1. Inspeccionar os vazamentos;
- 5.1.7.4.2.3.2. Regular e reparar os elementos componentes das válvulas; e
- 5.1.7.4.2.3.3. Testar válvulas e caixas de descarga para verificar vazamentos.

5.1.7.4.2.2. Bombas hidráulicas – Mensal

- 5.1.7.4.2.2.1. Inspeccionar as gaxetas, manômetros e ventilação do ambiente;
- 5.1.7.4.2.2.2. Lubrificar os rolamentos, mancais e outros;
- 5.1.7.4.2.2.3. Verificar o funcionamento do comando automático; e
- 5.1.7.4.2.2.4. Corrigir os problemas detectados.

5.1.7.4.2.3. Válvulas e caixas de descargas – Mensal

- 5.1.7.4.2.3.1. Inspeccionar os vazamentos;
- 5.1.7.4.2.3.2. Regular e reparar os elementos componentes das válvulas; e
- 5.1.7.4.2.3.3. Testar válvulas e caixas de descarga para verificar vazamentos.

5.1.7.4.2.4. Registros, torneiras, metais sanitários e acessórios – Mensal

- 5.1.7.4.2.4.1. Inspeccionar a corrosão;
- 5.1.7.4.2.4.2. Inspeccionar os vazamentos;
- 5.1.7.4.2.4.3. Limpar e desobstruir o que for necessário;
- 5.1.7.4.2.4.4. Reparar e fixar os metais; e
- 5.1.7.4.2.4.5. Inspeccionar as uniões dos tubos e conexões.

5.1.7.4.2.5. Ralos e aparelhos sanitários – Mensal

- 5.1.7.4.2.5.1. Inspeccionar o funcionamento das válvulas e
- 5.1.7.4.2.5.2. Inspeccionar o funcionamento; e
- 5.1.7.4.2.5.3. Limpar e desobstruir o que for necessário.

5.1.7.4.2.6. Válvulas e reguladores de pressão – Mensal

- 5.1.7.4.2.6.1. Inspeção de funcionamento; e
- 5.1.7.4.2.6.2. Reparar o que for necessário;

5.1.7.4.2.7. Tubulações (tubo, conexão, fixação e acessórios) – Trimestral

- 5.1.7.4.2.7.1. Inspeccionar a corrosão das tubulações;
- 5.1.7.4.2.7.2. Inspeccionar vazamentos;
- 5.1.7.4.2.7.3. Limpar e desobstruir o que for necessário;
- 5.1.7.4.2.7.4. Reparar trechos e fixação, inclusive repintura;
- 5.1.7.4.2.7.5. Inspeção das uniões dos tubos e conexões; e
- 5.1.7.4.2.7.6. Verificar, reparar e substituir trechos comprometidos.
- 5.1.7.4.2.7.7. Caso seja vislumbrado deterioração excessiva que demande grande obra de reforma, deverá ser repassado a fiscalização, mediante relatório técnico. A fiscalização buscará uma solução alternativa.

5.1.7.4.3. Instalações Hidráulicas – Água Quente

5.1.7.4.3.1. Bombas hidráulicas – Mensal

- 5.1.7.4.3.1.1. Inspeccionar as gaxetas, manômetros e ventilação do ambiente;
- 5.1.7.4.3.1.2. Lubrificar os rolamentos, mancais e outros;
- 5.1.7.4.3.1.3. Verificar o funcionamento do comando automático; e
- 5.1.7.4.3.1.4. Corrigir os problemas detectados.

5.1.7.4.3.2. Válvulas – Mensal

- 5.1.7.4.3.2.1. Inspeccionar o funcionamento; e
- 5.1.7.4.3.2.2. Regular e reparar os elementos componentes das válvulas, ou substituir, quando necessário.

5.1.7.4.3.3. Registros, torneiras, metais sanitários e acessórios – Mensal

- 5.1.7.4.3.3.1. Inspeccionar a corrosão;
- 5.1.7.4.3.3.2. Inspeccionar os vazamentos;
- 5.1.7.4.3.3.3. Limpar e desobstruir o que for necessário;

- 5.1.7.4.3.3.4. Substituir, reparar e fixar os metais; e
- 5.1.7.4.3.3.5. Inspecionar as uniões dos tubos e conexões.
- 5.1.7.4.3.4. Válvulas reguladoras de pressão – Mensal
 - 5.1.7.4.3.4.1. Inspecionar o funcionamento das válvulas; e
 - 5.1.7.4.3.4.2. Regular e reparar os elementos componentes das válvulas, ou substituir, quando necessário.
- 5.1.7.4.3.5. Tubulações (tubo, conexão, fixação e acessórios) – Trimestral
 - 5.1.7.4.3.5.1. Inspecionar a corrosão das tubulações;
 - 5.1.7.4.3.5.2. Inspecionar vazamentos;
 - 5.1.7.4.3.5.3. Limpar e desobstruir o que for necessário;
 - 5.1.7.4.3.5.4. Reparar trechos de fixação, inclusive repintura;
 - 5.1.7.4.3.5.5. Inspeção das uniões dos tubos e conexões;
 - 5.1.7.4.3.5.6. Verificar, reparar e substituir trechos comprometidos e
 - 5.1.7.4.3.5.7. Caso seja vislumbrado deterioração excessiva que demande grande obra de reforma, deverá ser repassado a fiscalização, mediante relatório técnico. A fiscalização buscará uma solução alternativa.
- 5.1.7.4.4. Esgoto Sanitário
 - 5.1.7.4.4.1. Poço de recalque – Semestral
 - 5.1.7.4.4.1.1. Inspecionar e reparar as tampas herméticas, chaves de acionamento das bombas, válvulas de gaveta e válvulas de retenção; e
 - 5.1.7.4.4.1.2. Inspecionar a ventilação do ambiente e das aberturas de acesso, controlar as trincas nas paredes para verificar vazamentos.
 - 5.1.7.4.4.2. Bombas de Esgoto – Mensal
 - 5.1.7.4.4.2.1. Inspecionar gaxetas, manômetros e a ventilação do ambiente;
 - 5.1.7.4.4.2.2. Lubrificar os rolamentos, mancais e outros; e
 - 5.1.7.4.4.2.3. Verificar o funcionamento do comando automático.
 - 5.1.7.4.4.3. Tubulações (tubo, conexão, fixação e acessórios) – Trimestral
 - 5.1.7.4.4.3.1. Inspecionar a corrosão das tubulações;
 - 5.1.7.4.4.3.2. Inspecionar vazamentos;
 - 5.1.7.4.4.3.3. Limpar e desobstruir o que for necessário;
 - 5.1.7.4.4.3.4. Reparar trechos de fixação, inclusive repintura;
 - 5.1.7.4.4.3.5. Inspeção das uniões dos tubos e conexões;
 - 5.1.7.4.4.3.6. Verificar, reparar e substituir trechos comprometidos e
 - 5.1.7.4.4.3.7. Caso seja vislumbrado deterioração excessiva que demande grande obra de reforma, deverá ser repassado a fiscalização, mediante relatório técnico. A fiscalização buscará uma solução alternativa.
 - 5.1.7.4.4.4. Ralos e aparelhos sanitários – Mensal
 - 5.1.7.4.4.4.1. Inspecionar o funcionamento periodicamente; e
 - 5.1.7.4.4.4.2. Limpar e desobstruir o que for necessário.
 - 5.1.7.4.4.5. Fossas Sépticas - Semestral
 - 5.1.7.4.4.5.1. Inspecionar as tampas e transbordamento;
 - 5.1.7.4.4.5.2. Reparar o que for necessário; e
 - 5.1.7.4.4.6. Caixas coletoras e caixas de gordura – Trimestral
 - 5.1.7.4.4.6.1. Inspeção geral;
 - 5.1.7.4.4.6.2. Retirar os materiais sólidos;
 - 5.1.7.4.4.6.3. Retirar os óleos e gorduras e
 - 5.1.7.4.4.6.4. Efetuar limpeza.
 - 5.1.7.4.5. Águas Pluviais
 - 5.1.7.4.5.1. Poços de recalque – Semestral
 - 5.1.7.4.5.1.1. Inspecionar e reparar as tampas herméticas, chaves de acionamento das bombas, válvulas de gaveta e válvulas de retenção; e
 - 5.1.7.4.5.1.2. Inspecionar a ventilação do ambiente e das aberturas de acesso e controle periódico das trincas nas paredes para verificação de vazamentos.

- 5.1.7.4.5.2. Bombas de Recalque – Mensal
 - 5.1.7.4.5.2.1. Inspecionar as gaxetas e manômetros ventilação do ambiente;
 - 5.1.7.4.5.2.2. Lubrificar os rolamentos, mancais e outros; e
 - 5.1.7.4.5.2.3. Verificar o funcionamento do comando automático.
- 5.1.7.4.5.3. Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios) – Trimestral
 - 5.1.7.4.5.3.1. Inspecionar a corrosão;
 - 5.1.7.4.5.3.2. Inspecionar os vazamentos;
 - 5.1.7.4.5.3.3. Executar os serviços de limpeza e de desobstrução;
 - 5.1.7.4.5.3.4. Reparar os trechos e fixar as tubulações, inclusive repintura;
 - 5.1.7.4.5.3.5. Inspecionar as uniões dos tubos e conexões;
 - 5.1.7.4.5.3.6. Verificar, reparar e substituir trechos comprometidos e
 - 5.1.7.4.5.3.7. Caso seja vislumbrado deterioração excessiva que demande grande obra de reforma, deverá ser repassado a fiscalização, mediante relatório técnico. A fiscalização buscará uma solução alternativa.
- 5.1.7.4.5.4. Ralos - Mensal
 - 5.1.7.4.5.4.1. Inspecionar periodicamente o funcionamento; e
 - 5.1.7.4.5.4.2. Executar serviços de limpeza e desobstrução.
- 5.1.7.4.5.5. Calhas – Mensal
 - 5.1.7.4.5.5.1. Inspecionar vazamentos;
 - 5.1.7.4.5.5.2. Executar serviços de limpeza e desobstrução;
 - 5.1.7.4.5.5.3. Reparar os trechos e fixar as tubulações;
 - 5.1.7.4.5.5.4. Inspecionar as uniões calha e tubo; e
 - 5.1.7.4.5.5.5. Executar pintura das calhas e condutores metálicos.
- 5.1.7.4.5.6. Caixas de inspeção e de areia – Trimestral
 - 5.1.7.4.5.6.1. Inspecionar o funcionamento.
- 5.1.7.4.5.7. Recomendações gerais
 - 5.1.7.4.5.7.1. Eliminar vazamentos e infiltrações;
 - 5.1.7.4.5.7.2. Substituir tubulações de ferro galvanizado, chumbo, PVC, barbarás e fibrocimento danificadas, no entanto, se houver deterioração excessiva que implique em grande obra de reforma, deverá ser repassado a fiscalização, mediante relatório técnico. A fiscalização buscará uma solução alternativa.
 - 5.1.7.4.5.7.3. Substituir reparos de válvulas de descarga, válvulas de descarga completas, regulação de válvulas e registros de qualquer espécie que se apresentem defeituosos;
 - 5.1.7.4.5.7.4. Manter os registros com seus respectivos volantes;
 - 5.1.7.4.5.7.5. Manter limpos os sifões das pias, cubas, lavabos e tanques;
 - 5.1.7.4.5.7.6. Substituir sifões e válvulas das pias, cubas, lavatórios etc.;
 - 5.1.7.4.5.7.7. Trocar, sempre que necessário, os reparos de torneiras;
 - 5.1.7.4.5.7.8. Substituir torneiras simples e com misturadores;
 - 5.1.7.4.5.7.9. Efetuar a cromagem de metais, sempre que necessário;
 - 5.1.7.4.5.7.10. Substituir chuveiros de água quente e fria;
 - 5.1.7.4.5.7.11. Substituir tampos de ralos cromados, de plástico e ferro fundido;
 - 5.1.7.4.5.7.12. Reparar ou substituir as peças danificadas do sistema de recalque de esgoto primário/secundário;
 - 5.1.7.4.5.7.13. Correção de vazamentos em trechos de barriletes, prumadas, ramais, conexões, válvulas, registros e juntas de expansão, através de novas vedações, soldas ou trocas de peças; se houver demanda de grande obra de reforma para a correção de vazamentos crônicos, a necessidade deverá ser repassada a fiscalização, para a busca de solução alternativa.
 - 5.1.7.4.5.7.14. Rotina de verificação do sistema hidropneumático que alimenta a cobertura e 14º (décimo quarto) pavimento do bloco A, efetuando reparo ou troca de peças quando necessário;
 - 5.1.7.4.5.7.15. Executar, pelo menos a cada 03 (três) meses, o desentupimento e limpeza da rede de esgoto secundário, compreendendo todas as caixas de esgoto e águas pluviais, caixas de gordura, caixas de areia e bocas de lobo e o poço central coletor de esgotamento, com equipamento coletor de dejetos, bem como as respectivas interligações;
 - 5.1.7.4.5.7.16. Instalação, verificação, reparo ou substituição do isolamento térmico adequado às tubulações de água quente; e
 - 5.1.7.4.5.7.17. Verificação, reparo ou substituição de apoios, suportes, braçadeiras das redes e prumadas.

5.1.8. Rotinas de Identificação e Aprovação de Serviços

5.1.8.1. Solicitação de Pedido de Serviço

5.1.8.1.1. No início do contrato os registros de acionamentos de demandas prediais pelos setores do Contratante ocorrerão por meio de aplicação própria, denominado como Pedido de Serviço (P.S.) ou Ordem de Serviço (O.S.), restrito a Divisão de Manutenção Predial. Por ocasião essa solução é para uso interno da organização, não sendo possível sua comunicação externa com o sistema de gestão predial da Contratada.

5.1.8.1.2. A Contratada através das equipes de coordenação/de gestão do objeto, ficarão responsáveis por centralizar os pedidos oriundos dos setores do Contratante através de Pedido de Serviço e encaminhá-los ao fiscal do contrato com o objetivo de informá-lo sobre as demandas.

5.1.8.1.3. A Contratada deverá efetuar os registros das demandas prediais no sistema de gestão, mantendo-os atualizados e disponibilizando painéis on-line via internet, para que o Contratante acompanhe em tempo real os pedidos de serviço. Assim, ficará efetivada a comunicação entre o Contratante e a Contratada para acionamento e acompanhamento das demandas prediais de qualquer natureza, como manutenções corretivas, preventivas, conservação predial, serviços sob demanda, ocorrerão através de e-mail até que o sistema de gestão da Contratada seja implementado para atender o HNMD. Após a implantação do referido sistema, a comunicação passará a ocorrer exclusivamente por este canal.

5.1.8.1.4. A implementação completa do sistema de gestão da Contratada e a disponibilização dos canais de comunicação, cadastramento predial e dos serviços, painéis e relatórios, deverá ocorrer em até 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato.

5.1.8.1.5. Nas solicitações para a realização do pedido de serviço, os seguintes passos devem ser cumpridos:

5.1.8.1.5.1. O setor interessado emite a Guia de Solicitação do Serviço, com a descrição de todos os serviços relativos à manutenção corretiva, ao Serviço de Manutenção, através do software de manutenção;

5.1.8.1.5.2. O Serviço de Manutenção relaciona as necessidades de manutenção corretiva por ele identificadas;

5.1.8.1.5.3. De posse de ambas as relações e do Cronograma de Manutenção Preventiva, é estabelecido de acordo com a priorização de atendimentos de Ordens de Serviço da Divisão de Manutenção Predial ou por definição do departamento de engenharia ou ainda por demanda da administração.

5.1.8.1.5.4. Caso exista a necessidade de uma intervenção de Manutenção Corretiva não incluída no Cronograma, a mesma deverá ser enviada ao Serviço de Manutenção que, com a Direção da Unidade, aprovará, ou não, a inclusão desta no cronograma; e

5.1.8.1.5.5. Para cada intervenção Corretiva e/ou Emergencial será emitida uma Ficha de Execução de Serviços informatizada e pertencente ao Sistema de Gerenciamento, através do software, com a discriminação dos serviços e quantidades.

5.1.8.2. Aprovação e ateste dos serviços executados

5.1.8.2.1. A empresa executa o serviço;

5.1.8.2.2. posteriormente, após a finalização a Ordem de serviço é finalizada via software da empresa. Tais finalizações deverão ser arquivados para subsidiar o controle dos serviços faturados no mês, e encaminhados, em meio eletrônico, para a Divisão de Manutenção Predial. Caso seja um serviço de maior complexidade, o recebimento será feito com a presença do Encarregado da Divisão de Manutenção Predial, Fiscal do Contrato, ou servidor designado por este Encarregado;

5.1.8.2.3. A Divisão de Manutenção Predial fará a medição do serviço executado;

5.1.8.2.4. Mensalmente a empresa contratada emitirá uma fatura, acompanhada da Planilha de Medição, contendo todos os quantitativos atestados e autorizados no mês, agrupados por serviços, além de planilha de gastos de material mensal. Esta fatura deverá ser encaminhada à Divisão de Manutenção Predial; e

5.1.8.2.5. A Divisão de Manutenção Predial compatibilizará a Planilha de Medição, fatura e documentos com seus arquivos de fichas de execução de serviços para, então, certificar e encaminhar a fatura para a Divisão de Finanças deste Hospital.

5.1.8.3. Ferramentas computacionais

5.1.8.3.1. A empresa deverá disponibilizar, para a utilização da equipe contratual, computadores com software de gestão de Manutenção Predial que integre, de forma eficiente, o controle de material, pessoal e serviços executados, de forma a possibilitar e facilitar à fiscalização o acesso aos dados referente a execução de cada serviço, inerente à execução do contrato, tendo 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do Termo de Contrato, para o funcionamento do software, que deverá atender os seguintes requisitos:

5.1.8.3.1.1. o software a ser implantado deverá ser previamente aprovado pela fiscalização contratual.

5.1.8.3.1.2. Cadastro de instalações, incluindo documentos e fotos. Inserção e identificação de todas as instalações do HNMD. Deverá ainda emitir QR-CODE para impressão e aplicação/identificação in loco das instalações;

5.1.8.3.1.3. Gerenciamento e planejamento de ordem de serviços programa e ocorrências;

- 5.1.8.3.1.4. Plano de manutenção preventiva automático;
- 5.1.8.3.1.5. Gráficos analíticos das operações;
- 5.1.8.3.1.6. Gestão com georreferenciamento com base no mapa;
- 5.1.8.3.1.7. Relatório geral;
- 5.1.8.3.1.8. Emissão de notificação para terceiros;
- 5.1.8.3.1.9. Check-list com roteirização;
- 5.1.8.3.1.10. Gestão da operação por plantas em 2 dimensões;
- 5.1.8.3.1.11. Dashboard customizável;
- 5.1.8.3.1.12. Gestão eletrônica de documentos;
- 5.1.8.3.1.13. Poderá ser utilizado de qualquer lugar, quer seja por aparelhos celulares, palmtops, tablets, computador, notebooks;
- 5.1.8.3.1.14. Permitir a realização da manutenção dos colaboradores utilizando aparelho celular (smartphone) a partir de escaneamento do QR-CODE das instalações;
- 5.1.8.3.1.15. Deverá permitir a assinatura digital do cliente/usuário do HNMD para ratificação do serviço e/ou garantia do atendimento/serviço prestado no aparelho utilizado pelos colaboradores;
- 5.1.8.3.1.16. Permitir a acessibilidade em nuvem;
- 5.1.8.3.1.17. Permitir a criação de rotinas de manutenção preventiva e preditiva, bem como a gestão e controle de sua execução;
- 5.1.8.3.1.18. Permitir a criação de Pedidos de Serviço (P.S.) por usuários, com campos para registro de identificação mínima (ex.: local, solicitante, data, descrição do problema, telefone, e-mail, entre outros);
- 5.1.8.3.1.19. Permitir a autorização e criação de Ordens de Serviço (O.S.) por usuários com nível de hierarquia diferenciada. Essas O.S's deverão conter campos para registro de identificação mínima (criador da O.S, descrição do serviço, materiais empregados, data, local, entre outros);
- 5.1.8.3.1.20. Deverá realizar a gestão de materiais/peças aplicadas e gestão de estoque de materiais/peças (especificações, quantidade, custos, consumo, entre outros);
- 5.1.8.3.1.21. Deverá possibilitar níveis de hierarquia dos usuários, possibilitando acessibilidade de diversos tipos de partes interessadas no serviço contratado (usuários do HNMD, gestores do contrato, administração, fiscalização, entre outros) bem como possibilitar assinatura digital única para cada usuário;
- 5.1.8.3.1.22. As ordens de compra de materiais deverão ser realizadas utilizando esse software, a CONTRATADA deverá realizar os uploads necessários para realização das aprovações dos serviços e/ou materiais. O mínimo de papel possível deverá ser utilizado na gestão do contrato;
- 5.1.8.3.1.23. Deverá possibilitar escaneamento e upload de informações do contrato como: notas fiscais, orçamentos, fotos de peças e materiais, entre outros;
- 5.1.8.3.1.24. Deverá possibilitar o cadastro e gestão dos colaboradores (horas trabalhadas, atrasos, faltas, férias, entre outros)
- 5.1.8.3.1.25. Deverá possuir planejamento de estoque mínimo;
- 5.1.8.3.1.26. Importação e exportação em formatos .xlsx / .xlsm / .xlsb / .ods / .xls / .xlm / .csv;
- 5.1.8.3.1.27. Não deve necessitar de licenças ou infra-estruturas obsoletas;
- 5.1.8.3.1.28. Deverá encaminhar notificações em tempo real;
- 5.1.8.3.1.29. Deverá gerar relatórios sobre tarefas, ordens de serviço, custos do serviço, métricas de manutenção, entre outros;
- 5.1.8.3.1.30. Deverá realizar a gestão da vida útil dos ativos;
- 5.1.8.3.1.31. Possibilidade de criação de indicadores tipo KPIs (Key Performance Indicator), tabelas dinâmicas, relatórios e estatísticas dos serviços;
- 5.1.8.3.2. A empresa deverá disponibilizar; para a utilização de 2 (dois) Engenheiros, 1 (um) Arquiteto, 1 (um) Encarregado Administrativo, 3 (três) Auxiliares Administrativos, 1 (um) supervisor de hidráulica, 1 (um) supervisor técnico de edificações; um total de 09 (nove) computadores, sendo 05 (cinco) deles com programas do pacote Office, ou similar, e software de desenho CAD (AUTODESK AEC COLLECTION (AUTOCAD / REVIT / CIVIL 3D / INFRAWORKS / 3DS MAX ou superior), para a consulta, elaboração e modificação de plantas, desenhos e leiautes diversos, em apoio aos serviços deste Termo de Referência. Tal software deverá possibilitar o trabalho, com plantas e desenhos CAD 2D e 3D (padrão de extensão de arquivo .dwg: na versão mais recente do AutoCAD) e 04 (quatro) computadores para os funcionários administrativos com programas compatíveis para o desenvolvimento das atividades administrativas (pacote WINDOWS 365 BUSINESS PREMIUM ou superior). Pelo menos 02 (02) notebooks a serem usados pelos profissionais previstos nos serviços complementares a contar do trigésimo dia após a assinatura do Termo de Contrato;
- 5.1.8.3.3. A Contratada deverá disponibilizar para utilização, 2 (duas) licenças com software de gestão, Building

Information Modeling (BIM), permitindo o manuseio e elaboração série de modelagens 3D que congreguem múltiplas disciplinas de projetos, em conformidade, Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019, que “Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling”, a contar do trigésimo dia após a assinatura do Termo de Contrato;

5.1.8.3.4. Todos os computadores/notebooks fornecidos deverão ter a configuração recomendada pelos fornecedores dos softwares citados acima, de modo a garantir a eficiência na utilização dos mesmos e execução dos serviços.

5.1.9. Comunicação

5.1.9.1. Toda a Equipe de Comando (Engenheiro, Arquiteto, Encarregado Administrativo, Chefes de Equipe, Escritório) da Contratada deverá possuir telefones celulares Smartphones e um rádio comunicador para fiscalização e deverá, ainda, disponibilizar 01 (um) celular Smartphone e um rádio comunicador para a Fiscalização. O mesmo valerá para os plantonistas, sendo no mínimo 1 (um) aparelho celular e um rádio comunicador para a equipe de plantão. Para tanto, a Contratada deverá dispor de, pelo menos, 14 (quatorze) aparelhos celulares do tipo Smartphone e 14 (quatorze) rádios comunicadores, conforme distribuição indicada na planilha de formação de custos – módulo 5 insumos diversos.

5.1.10. Manutenção Preventiva

5.1.10.1. As manutenções preventivas deverão ser executadas prioritariamente durante os horários abrangidos pelas Equipes, conforme jornada de trabalho (44 horas semanais), alocadas no HNMD, e de modo que não prejudique o funcionamento das atividades da Contratante. Ainda assim, sempre que necessário, este procedimento poderá ser realizado em feriados e finais de semana e fora do horário de expediente normal, nos termos do item 5.19 deste Termo de Referência.

5.1.10.2. Caso seja necessário proceder os reparos fora do horário normal das equipes alocadas, a Contratada deverá enviar à Equipe de Fiscalização do contrato, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início do serviço, no mínimo, as seguintes informações:

5.1.10.2.1. Nome da Contratada;

5.1.10.2.2. Data e horário para execução dos serviços;

5.1.10.2.3. Relação do pessoal, com respectiva identificação civil e/ou profissional;

5.1.10.2.4. Identificação de portas a serem abertas e/ou dependências de acesso a serem utilizadas; e

5.1.10.2.5. Nome do preposto com seu respectivo contato (e-mail e telefônico).

5.1.11. A Contratada deverá prever plano de saúde e plano de assistência odontológica para os colaboradores da equipe alocada, apresentando os seguintes requisitos:

5.1.11.1. Não é permitida exigência de cumprimento de carência, desde que o beneficiário formalize o pedido de ingresso em até 30 (trinta) dias da celebração do contrato coletivo ou de sua vinculação à pessoa jurídica contratante;

5.1.11.2. Não é permitida a aplicação de Cobertura Parcial Temporária (CPT) ou Agravado, desde que o beneficiário formalize o pedido de ingresso em até 30 (trinta) dias da celebração do contrato coletivo ou de sua vinculação à pessoa jurídica contratante;

5.1.11.3. Não poderá ser utilizado o modelo de plano de saúde de coparticipação;

5.1.11.4. Deverá possuir possibilidade de marcação de consulta por telefone e/ou aplicativo;

5.1.11.5. Facilidade no agendamento de consulta e atendimento nos mais diversos bairros do Rio de Janeiro e cidades satélites; e

5.1.11.6. Atendimento emergencial e internação.

5.1.12. Propriedade intelectual

5.1.12.1. Os estudos e projetos demandados a Contratada serão de propriedade intelectual do Contratante.

5.1.12.1.1. As autorias dos projetos arquitetônicos que tiverem orientação ou supervisão de Arquiteto/Engenheiro do Contratante deverão ser compartilhadas com este.

5.1.12.2. Para todos os colaboradores da Equipe alocada, a Contratada deverá encaminhar o Currículo desses para apreciação e aprovação da Equipe de Fiscalização, que em caso de dúvidas sobre o Currículo apresentado ou capacidade e conhecimento apresentados, será solicitada reunião presencial para dirimir dúvidas.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: [...];

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: [...]

5.4. A contratada deverá alocar-se nas dependências do HNMD para efetuar os serviços previstos neste Termo de

Referência. O HNMD cederá o espaço para alocação da equipe de colaboradores da contratada, e a mesma deverá fornecer estrutura necessária para o bom desempenho dos serviços.

5.5. A seguir é apresentada a estimativa de jornada de trabalho das equipes, sendo que, caso haja motivos de necessidade de serviço, conveniência e oportunidade, poderão ser alterados pelo HNMD no decorrer do contrato.

JORNADA DIAS / HORAS TOTAL

Normal (Equipes Azul/Verde/Cinza/Marinho/Vermelha/ Equipe E.S.M) Segunda a quinta-feira das 07h00min às 17h00min e sexta-feira das 07h00min às 16h00min 44 Horas Semanais

Equipe Amarela Terça a sexta-feira das 7h00min às 17h00min e sábado das 07h00min às 16h00min 44 Horas Semanais

Plantonista Dias corridos das 07h00min às 19h00min Plantão 12x36

5.6. Os serviços serão, preferencialmente, executados no horário das equipes discriminadas neste termo de referência e seus Apêndices, de segunda a sábado, entre 07:00h e 17:00h. Porém, quando necessários, também serão executados além do horário preestabelecido, domingos e feriados conforme autorização da Administração e adequação a logística de prestação de serviços do Hospital.

Rotinas a serem cumpridas

5.7. A execução contratual observará as rotinas [abaixo] / [em anexo]:

5.8. Além da dinâmica de ação já percorrida neste instrumento, a execução contratual observará as rotinas e premissas abaixo estabelecidas.

5.9. Instalações Hidrossanitárias, Águas Pluviais: A manutenção destes sistemas envolve a verificação periódica das redes de alimentação e/ou despejo, dos registros, das conexões, das louças e acessórios, dos ralos e caixas de passagem e das conexões com as redes externas, substituindo os danificados e/ou reformulando a localização de alguns pontos; cabendo ainda a manutenção dos reservatórios, caixas d'água e fossas;

5.10. Serviços de Alvenarias e Divisórias: A manutenção destes elementos do edifício envolve a recuperação ou substituição de alvenarias de tijolo maciço, furado, bloco de concreto e demais elementos de vedação, gesso, drywall;

5.11. Serviços de recuperação de Revestimento: A manutenção destes elementos envolve a recuperação ou substituição da área danificada de todo e qualquer tipo de revestimentos de piso, parede e teto, inclusive pintura;

5.12. Serviços de Coberturas: A manutenção destes serviços envolve a recuperação de cobertura impermeabilizada ou telhados, de telha cerâmica, de fibrocimento, plásticas de metal e outras, incluindo também a substituição e/ou recuperação do madeiramento; e

5.13. As demandas de grandes reformas ou obras complexas , além dos serviços descritos deverão ser repassadas a fiscalização para a busca de solução alternativa.

5.14. Serviços de Serralheria, Carpintaria, e Marcenaria: A manutenção destes serviços envolve a recuperação, substituição ou confecção de portas, janelas, persianas e venezianas, balcões, armários, cadeiras, mesas, macas, camas e demais artefatos de ferro e madeira; bem como as ferragens; além de apoio aos demais serviços de manutenção das instalações prediais.As demandas de confecção de grandes estruturas, além dos serviços descritos deverão ser repassadas a fiscalização para a busca de solução alternativa.

5.15. Da equipe Técnica

5.15.1. A Contratada deverá disponibilizar no HNMD, os profissionais listados abaixo:

<u>PROFISSIONAL</u>	<u>JORNADA</u>	<u>QTDE</u>	<u>CBO</u>
<u>Engenheiro Civil</u>	<u>Normal</u>	<u>2</u>	<u>2142-05</u>
<u>Arquiteto</u>	<u>Normal</u>	<u>1</u>	<u>2142-05</u>
<u>Encarregado Administrativo</u>	<u>Normal</u>	<u>1</u>	<u>4101-05</u>
<u>Auxiliar Administrativo</u>	<u>Normal</u>	<u>3</u>	<u>4110-10</u>

<u>Supervisor de Hidráulica</u>	<u>Normal</u>	<u>1</u>	<u>7102-05</u>
<u>Supervisor de Hidráulica</u>	<u>Normal (Eq. ESM)</u>	<u>1</u>	<u>7102-05</u>
<u>Supervisor Técnico de Edificações</u>	<u>Normal</u>	<u>1</u>	<u>7102-05</u>
<u>Supervisor Técnico de Edificações</u>	<u>Normal (Eq. ESM)</u>	<u>1</u>	<u>7102-05</u>
<u>Mestre de obras</u>	<u>Normal</u>	<u>1</u>	<u>7102-05</u>
<u>Bombeiro Hidráulico dia</u>	<u>Plantonista</u>	<u>2</u>	<u>7241-10</u>
<u>Bombeiro Hidráulico noite</u>	<u>Plantonista</u>	<u>4</u>	<u>7241-10</u>
<u>1/2 Oficial de Bombeiro dia</u>	<u>Plantonista</u>	<u>2</u>	<u>7241-10</u>
<u>1/2 Oficial de Bombeiro noite</u>	<u>Plantonista</u>	<u>2</u>	<u>7241-10</u>
<u>Bombeiro Hidráulico</u>	<u>Normal</u>	<u>9</u>	<u>7241-10</u>
<u>Bombeiro Hidráulico</u>	<u>Normal (Eq. ESM)</u>	<u>2</u>	<u>7241-10</u>
<u>Bombeiro Hidráulico</u>	<u>Equipe Amarela</u>	<u>1</u>	<u>7241-10</u>
<u>1/2 Oficial de Bombeiro</u>	<u>Normal</u>	<u>6</u>	<u>7241-10</u>
<u>1/2 Oficial de Bombeiro</u>	<u>Equipe Amarela</u>	<u>1</u>	<u>7241-10</u>
<u>1/2 Oficial de Bombeiro</u>	<u>Normal (Eq. ESM)</u>	<u>1</u>	<u>7241-10</u>
<u>Gesseiro</u>	<u>Normal</u>	<u>3</u>	<u>7164-05</u>
<u>Gesseiro</u>	<u>Normal (Eq. ESM)</u>	<u>1</u>	<u>7164-05</u>
<u>Ladrilheiro</u>	<u>Normal</u>	<u>3</u>	<u>7165-10</u>
<u>Pedreiro</u>	<u>Normal</u>	<u>6</u>	<u>7152-10</u>
<u>Pedreiro</u>	<u>Normal (Eq. ESM)</u>	<u>1</u>	<u>7152-10</u>
<u>Ajudante de Pedreiro</u>	<u>Normal</u>	<u>4</u>	<u>7171-20</u>
<u>Ajudante de Pedreiro</u>	<u>Equipe Amarela</u>	<u>2</u>	<u>7171-20</u>

<u>Ajudante de Pedreiro</u>	<u>Normal (Eq. ESM)</u>	<u>1</u>	<u>7171-20</u>
<u>Pintor</u>	<u>Normal</u>	<u>5</u>	<u>7166-10</u>
<u>Pintor</u>	<u>Equipe Amarela</u>	<u>1</u>	<u>7166-10</u>
<u>Pintor</u>	<u>Normal (Eq. ESM)</u>	<u>1</u>	<u>7166-10</u>
<u>1/2 Oficial de Pintor</u>	<u>Normal</u>	<u>2</u>	<u>7166-10</u>
<u>1/2 Oficial de Pintor</u>	<u>Normal (Eq. ESM)</u>	<u>2</u>	<u>7166-10</u>
<u>Soldador</u>	<u>Normal</u>	<u>2</u>	<u>7243-15</u>
<u>Serralheiro</u>	<u>Normal</u>	<u>2</u>	<u>7244-40</u>
<u>Serralheiro</u>	<u>Normal (Eq. ESM)</u>	<u>1</u>	<u>7244-40</u>
<u>Marceneiro</u>	<u>Normal</u>	<u>1</u>	<u>7711-05</u>
<u>Marceneiro</u>	<u>Normal (Eq. ESM)</u>	<u>1</u>	<u>7711-05</u>
<u>½ Oficial de Marceneiro</u>	<u>Normal</u>	<u>1</u>	<u>7711-05</u>
<u>Oficial de Manutenção Predial</u>	<u>Equipe Amarela</u>	<u>1</u>	<u>5143-10</u>
<u>SOMATÓRIO</u>		<u>83</u>	

5.15.2. Farão jus ao adicional de insalubridade, por estarem expostos ao risco químico (produtos contendo hidrocarbonetos aromáticos como solventes) e caracterizando o referido adicional de 20% do salário-mínimo ao PINTOR e ½ OFICIAL DE PINTOR vigente conforme Norma Reguladora nº 15. Por estarem expostos permanentemente a esses agentes. Em hipótese alguma esse profissional estará autorizado a desempenhar atividades em equipamentos energizados.

5.16. Competências Mínimas da Mão de Obra

5.16.1. Apresentação das competências individuais e atribuições que cada membro da equipe alocada deverá apresentar:

5.16.1.1. Engenheiro Civil: Elaboram projetos de engenharia civil, gerenciam obras, controlam a qualidade de empreendimentos. Coordenam a operação e manutenção do empreendimento. Podem prestar consultoria, assistência e assessoria e elaborar pesquisas tecnológicas. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 1, 3º edição, 2010);

5.16.1.1.1. Requisitos: Graduação em Engenharia Civil e experiência na área objeto da contratação, vide critérios de qualificação.

5.16.1.1.2. Atribuições:

5.16.1.1.2.1. Coordenar a execução do plano de manutenção preventiva apresentado pela fiscalização, quando houver;

- 5.16.1.1.2.2. Gerenciar as ordens de serviços definindo a forma de execução, observando as características do serviço, examinando plantas e especificações técnicas, se houverem quanto a forma de execução;
- 5.16.1.1.2.3. Orientar na escolha do material apropriado e na melhor forma de execução dos trabalhos;
- 5.16.1.1.2.4. Gerenciar a supervisão operacional nos locais dos serviços em execução, de forma direta adentrando em todo e qualquer recinto hospitalar quando necessário;
- 5.16.1.1.2.5. Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da CONTRATADA;
- 5.16.1.1.2.6. Cumprir e fazer cumprir, por parte dos empregados da CONTRATADA, todas as determinações, instruções e orientações emanadas da gestão do contrato do HNMD, salvo se manifestamente ilegais ou não previstas em contrato;
- 5.16.1.1.2.7. Reportar-se ao responsável pela fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
- 5.16.1.1.2.8. Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados; e
- 5.16.1.1.2.9. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da CONTRATADA, respondendo, perante o HNMD, por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.
- 5.16.1.1.3. Recursos de trabalho: EPI; Equipamentos de Comunicação; Equipamentos de Laboratório e Campo; GPS; Mapas Cartográficos, Imagens de Satélite e Levanta; Material de Escritório (calculadora); Publicações Técnicas; Recursos de Informática; Softwares Específicos; Veículos de Transporte. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 1, 3º edição, 2010)
- 5.16.1.2. Arquiteto: Elaboram planos e projetos associados à arquitetura em todas as suas etapas, definindo materiais, acabamentos, técnicas, metodologias, analisando dados e informações. Fiscalizam e executam obras e serviços, desenvolvem estudos de viabilidade financeira, econômica, ambiental. Podem prestar serviços de consultoria e assessoramento, bem como estabelecer políticas de gestão. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 1, 3º edição, 2010)
- 5.16.1.2.1. Requisitos:
- 5.16.1.2.1.1. Graduação em Arquitetura e experiência na área objeto da contratação, vide critérios de qualificação.
- 5.16.1.2.1.2. Conhecimento avançado de Autocad 2D e intermediário 3D, software BIM e Pacote Office, conhecimento de processos construtivos diversos, noções de conforto ambiental, conhecimento de legislação pertinente e noções de comunicação visual.
- 5.16.1.2.2. Atribuições:
- 5.16.1.2.2.1. Desenvolver projetos relacionados à arquitetura, atendendo às necessidades do HNMD e características da manutenção;
- 5.16.1.2.2.2. Elaborar planos, programas e projetos através da identificação das necessidades do usuário;
- 5.16.1.2.2.3. Elaborar diagnóstico buscando um conceito arquitetônico compatível com a demanda; e
- 5.16.1.2.2.4. Fiscalizar obras e serviços assegurando fidelidade quanto ao projeto arquitetônico.
- 5.16.1.2.3. Recursos de trabalho: Catálogos de materiais e produtos; Computador; Escalímetro; Impressora, plotter e copiadora; Livros e publicações técnicas; Material de desenho (lápis, canetas, etc.); Prancheta com régua paralela; Software cad (computer aided design); Software de apresentação gráfica; Software de edição de texto e planilhas. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 1, 3º edição, 2010).
- 5.16.1.3. Encarregado Administrativo: Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. Coordenam serviços gerais de malotes, messageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipe. Podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 1, 3º edição, 2010).
- 5.16.1.3.1. Requisitos:
- 5.16.1.3.1.1. Com certificado de conclusão do Ensino Médio em instituição reconhecida pelo MEC;
- 5.16.1.3.1.2. Ter curso de qualificação profissional em Administração ou experiência de supervisão de equipes; e
- 5.16.1.3.1.3. Conhecimento em informática com pacote office e em atividades administrativas na área de manutenção predial geral.
- 5.16.1.3.2. Atribuições:
- 5.16.1.3.2.1. Gerenciar as ordens de serviço geradas no software de gestão da manutenção;
- 5.16.1.3.2.2. Controle de frequência dos ocupantes dos postos de serviços; da programação de férias; das obrigações da contratada com os pagamentos de salários e demais insumos de mão de obra aos ocupantes dos

postos de serviços;

5.16.1.3.2.3. Emissão e controle de requisições de materiais ao almoxarifado;

5.16.1.3.2.4. Emissão e solicitação de compras de materiais a cargo da CONTRATADA; e

5.16.1.3.2.5. Conferência de documentação anexa à fatura de prestação de serviços; executar demais serviços de cunho administrativo.

5.16.1.3.3. Recursos de trabalho: Calculadora; Cofre; Fax e telefone; Fotocopiadora; Legislação; Máquina de escrever; Material bibliográfico; Material de consumo; Material de escritório (mobiliário); Recursos de informática. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 1, 3º edição, 2010).

5.16.1.4. Auxiliar Administrativo: Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 1, 3º edição, 2010).

5.16.1.4.1. Requisitos:

5.16.1.4.1.1. Com certificado de conclusão do Ensino Médio em instituição reconhecida pelo MEC;

5.16.1.4.1.2. Ter curso de qualificação profissional ou experiência compatível com o cargo comprovada na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); e

5.16.1.4.1.3. Conhecimento em informática com pacote office e em atividades na área de manutenção predial geral.

5.16.1.4.2. Atribuições:

5.16.1.4.2.1. Verificar as OSs no sistema, imprimir e repassar ao preposto da Contratada (ou ao profissional por ele designado), para que a mesma seja encaminhada para o responsável que realizará o serviço;

5.16.1.4.2.2. Executar ações e tarefas de apoio administrativo, relativas à gestão de pessoas, suprimentos, comunicação administrativa, reprografia, patrimônio, jurídico e demais serviços de apoio administrativo;

5.16.1.4.2.3. Preencher documentos, preparar relatórios, formulários e planilhas; e

5.16.1.4.2.4. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

5.16.1.4.3. Recursos de trabalho: Agenda; Cartão de identificação; Fax; Internet; Legislação e manuais; Máquina de calcular; Material de escritório; Material promocional; Recursos de Informática; Telefone. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 1, 3º edição, 2010).

5.16.1.5. Mestre de Obras: Supervisionam equipes de trabalhadores da construção civil que atuam em usinas de concreto, canteiros de obras civis e ferrovias. Elaboram documentação técnica e controlam recursos produtivos da obra (arranjos físicos, equipamentos, materiais, insumos e equipes de trabalho). Controlam padrões produtivos da obra tais como inspeção da qualidade dos materiais e insumos utilizados, orientação sobre especificação, fluxo e movimentação dos materiais e sobre medidas de segurança dos locais e equipamentos da obra. Administram o cronograma da obra. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.5.1. Requisitos:

5.16.1.5.1.1. Com certificado de conclusão do Ensino Médio em instituição reconhecida pelo MEC; e

5.16.1.5.1.2. Experiência em planejamento e controle de manutenção predial, no mínimo de 03 (três) anos em atuação no comando de equipes de manutenção.

5.16.1.5.2. Atribuições:

5.16.1.5.2.1. Responsável pelo planejamento e acompanhamento das ações diárias que deverão ser desenvolvidas;

5.16.1.5.2.2. Supervisionar e fiscalizar materiais;

5.16.1.5.2.3. Conhecimento prático em obras de engenharia em geral;

5.16.1.5.2.4. Analisar problemas encontrados nos materiais para liberação; e

5.16.1.5.2.5. Orientar na organização dos estoques de materiais.

5.16.1.5.3. Recursos de trabalho: Calculadora; Computador; Equipamento de Proteção Individual (EPI); Escalímetro; Nível; Trena. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.6. Supervisor de Hidráulica: Supervisionam equipes de trabalhadores da construção civil que atuam em usinas de concreto, canteiros de obras civis e ferrovias. Elaboram documentação técnica e controlam recursos produtivos da obra (arranjos físicos, equipamentos, materiais, insumos e equipes de trabalho). Controlam padrões produtivos da obra tais como inspeção da qualidade dos materiais e insumos utilizados, orientação sobre especificação, fluxo e movimentação dos materiais e sobre medidas de segurança dos locais e equipamentos da obra. Administram o cronograma da obra. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.6.1. Requisitos:

- 5.16.1.6.1.1. Com certificado de conclusão do Ensino Médio em instituição reconhecida pelo MEC; e
- 5.16.1.6.1.2. Curso completo específico da função ou comprovação em Carteira de Trabalho de ter exercido por pelo menos 03 (três) anos.
- 5.16.1.6.2. Atribuições:
- 5.16.1.6.2.1. Supervisionar as tarefas de caráter técnico de toda a equipe de manutenção predial;
- 5.16.1.6.2.2. Supervisionar as atividades de manutenção corretiva, preventiva e preditiva, visando manter todos os equipamentos e instalações em condições adequadas de funcionamento;
- 5.16.1.6.2.3. Supervisionar a instalação de sistemas hidráulicos e mecânicos;
- 5.16.1.6.2.4. Programar e supervisionar os serviços de adequação de layout e instalações hidrossanitárias e demais intervenções nas dependências do HNMD;
- 5.16.1.6.2.5. Supervisionar serviços de terceiros contratados pelo hospital e vinculados às atividades relativas à manutenção predial, garantindo a observância das especificações definidas pelo corpo técnico do hospital;
- 5.16.1.6.2.6. Apresentar, periodicamente, à coordenação, os relatórios de produção, produtividade da equipe e eventuais pendências; nesse caso, informando os motivos dessas pendências; e
- 5.16.1.6.2.7. Desempenhar outras atividades inerentes à função.
- 5.16.1.6.3. Recursos de trabalho: Calculadora; Computador; Equipamento de Proteção Individual (EPI); Escalímetro; Nível; Trena. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).
- 5.16.1.7. Supervisor Técnico de Edificações: Supervisionam equipes de trabalhadores da construção civil que atuam em usinas de concreto, canteiros de obras civis e ferrovias. Elaboram documentação técnica e controlam recursos produtivos da obra (arranjos físicos, equipamentos, materiais, insumos e equipes de trabalho). Controlam padrões produtivos da obra tais como inspeção da qualidade dos materiais e insumos utilizados, orientação sobre especificação, fluxo e movimentação dos materiais e sobre medidas de segurança dos locais e equipamentos da obra. Administram o cronograma da obra. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).
- 5.16.1.7.1. Requisitos:
- 5.16.1.7.1.1. Com certificado de conclusão do Ensino Médio em instituição reconhecida pelo MEC; e
- 5.16.1.7.1.2. Curso completo específico da função ou comprovação em Carteira de Trabalho de ter exercido por pelo menos 03 (três) anos.
- 5.16.1.7.2. Atribuições:
- 5.16.1.7.2.1. Supervisionar as tarefas de caráter técnico de toda a equipe de manutenção predial;
- 5.16.1.7.2.2. Supervisionar as atividades de manutenção corretiva, preventiva e preditiva, visando manter todos os equipamentos e instalações em condições adequadas de funcionamento;
- 5.16.1.7.2.3. Supervisionar a manutenção das instalações.
- 5.16.1.7.2.4. Programar e supervisionar os serviços de adequação de layout e demais intervenções nas dependências do HNMD;
- 5.16.1.7.2.5. Supervisionar serviços de terceiros contratados pelo hospital e vinculados às atividades relativas à manutenção predial, garantindo a observância das especificações definidas pelo corpo técnico do hospital;
- 5.16.1.7.2.6. Apresentar, periodicamente, à coordenação, os relatórios de produção, produtividade da equipe e eventuais pendências; nesse caso, informando os motivos dessas pendências; e
- 5.16.1.7.2.7. Desempenhar outras atividades inerentes à função.
- 5.16.1.7.3. Recursos de trabalho: Calculadora; Computador; Equipamento de Proteção Individual (EPI); Escalímetro; Nível; Trena. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).
- 5.16.1.8. Bombeiro Hidráulico: Operacionalizam projetos de instalações de tubulações, definem traçados e dimensionam tubulações; especificam, quantificam e inspecionam materiais; preparam locais para instalações, realizam pré-montagem e instalam tubulações. Realizam testes operacionais de pressão de fluidos e testes de estanqueidade. Protegem instalações e fazem manutenções em equipamentos e acessórios. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).
- 5.16.1.8.1. Requisitos:
- 5.16.1.8.1.1. Certificado de conclusão do Ensino Fundamental em instituição reconhecida pelo MEC e curso capacitação profissional em bombeiro hidráulico;
- 5.16.1.8.1.2. Ter experiência como bombeiro hidráulico comprovada na CTPS;
- 5.16.1.8.1.3. Conhecimento na área de instalação e manutenção de sistemas, subsistemas e equipamentos hidrossanitários predial – de água fria, de água quente, de esgotos, de águas pluviais, hidráulica e de incêndio; e
- 5.16.1.8.1.4. Conhecimento na área de gás combustível.

5.16.1.8.2. Atribuições:

- 5.16.1.8.2.1. Estudar o trabalho a ser executado, analisar os desenhos e/ou esquemas, especificações e outras informações, para programar o roteiro de operações;
 - 5.16.1.8.2.2. Marcar os pontos de colocação das tubulações, uniões e furos nas paredes, lajes e pisos, utilizando instrumentos de marcação, para orientar a instalação do sistema projetado;
 - 5.16.1.8.2.3. Abrir valetas no solo e rasgos nas paredes, guiando-se pelos pontos chave e utilizando ferramentas manuais ou mecânicas, visando à colocação de tubos e peças complementares;
 - 5.16.1.8.2.4. Montar e instalar registros e outros acessórios da tubulação, trechos de tubos (metálicos e não-metálicos), fazendo as conexões necessárias com os aparelhos, para completar a instalação do sistema;
 - 5.16.1.8.2.5. Testar as tubulações, utilizando ar comprimido ou água sobre pressão e observando manômetros, para assegurar-se da vedação de todo o sistema e repará-lo caso seja localizado vazamento;
 - 5.16.1.8.2.6. Executar manutenção das instalações, substituindo ou reparando partes componentes, como tubos, válvulas, conexões, aparelhos, revestimentos isolantes e outros, para mantê-las em boas condições de funcionamento;
 - 5.16.1.8.2.7. Requisitar componentes, equipamentos, instrumentos e materiais e outras peças de reposição, preenchendo formulários e encaminhando-os à fiscalização Contratual, para atender as necessidades do trabalho;
 - 5.16.1.8.2.8. Preparar levantamentos de informações sobre as instalações na sua área de atuação;
 - 5.16.1.8.2.9. Realizar a leitura de plantas técnicas e especificações técnicas;
 - 5.16.1.8.2.10. Elaborar estudos para dimensionamento de redes, instalação e manutenção de equipamentos e para melhoramento da qualidade dos serviços contratados; e
 - 5.16.1.8.2.11. Desempenhar outras atividades inerentes à função.
- 5.16.1.8.3. Recursos de trabalho: Chave de grifo; Flangeador; Furadeira; Kit de chaves; Kit de testes (água e sabão); Kits de brocas de vídeo; Máquina de dobrar; Marreta; Tarracha; Torno mecânico. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).
- 5.16.1.9. ½ Oficial de Bombeiro: Operacionalizam projetos de instalações de tubulações, definem traçados e dimensionam tubulações; especificam, quantificam e inspecionam materiais; preparam locais para instalações, realizam pré-montagem e instalam tubulações. Realizam testes operacionais de pressão de fluidos e testes de estanqueidade. Protegem instalações e fazem manutenções em equipamentos e acessórios. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).
- 5.16.1.9.1. Requisitos:
- 5.16.1.9.1.1. Certificado de conclusão do Ensino Fundamental em instituição reconhecida pelo MEC e curso capacitação profissional em bombeiro hidráulico;
 - 5.16.1.9.1.2. Ter experiência como bombeiro hidráulico comprovada na CTPS;
 - 5.16.1.9.1.3. Conhecimento na área de instalação e manutenção de sistemas, subsistemas e equipamentos hidrossanitários predial – de água fria, de água quente, de esgotos, de águas pluviais, hidráulica e de incêndio; e
 - 5.16.1.9.1.4. Conhecimento na área de gás combustível.
- 5.16.1.9.2. Atribuições:
- 5.16.1.9.2.1. Ler e interpretar os desenhos e/ou esquemas, especificações e outras informações, para realizar as operações e manutenções necessárias;
 - 5.16.1.9.2.2. Marcar os pontos de colocação das tubulações, uniões e furos nas paredes, lajes e pisos, utilizando instrumentos de marcação, para orientar a instalação do sistema projetado;
 - 5.16.1.9.2.3. Abrir valetas no solo e rasgos nas paredes, guiando-se pelos pontos chave e utilizando ferramentas manuais ou mecânicas, visando à colocação de tubos e peças complementares;
 - 5.16.1.9.2.4. Montar e instalar registros e outros acessórios da tubulação, trechos de tubos (metálicos e não-metálicos), fazendo as conexões necessárias com os aparelhos, para completar a instalação do sistema;
 - 5.16.1.9.2.5. Testar as tubulações, utilizando ar comprimido ou água sobre pressão e observando manômetros, para assegurar-se da vedação de todo o sistema e repará-lo caso seja localizado vazamento;
 - 5.16.1.9.2.6. Auxiliar na manutenção das instalações, substituindo ou reparando partes componentes, como tubos, válvulas, conexões, aparelhos, revestimentos isolantes e outros, para mantê-las em boas condições de funcionamento;
 - 5.16.1.9.2.7. Auxiliar na requisição de componentes, equipamentos, instrumentos e materiais e outras peças de reposição, preenchendo formulários e encaminhando-os à fiscalização Contratual, para atender as necessidades do trabalho;
 - 5.16.1.9.2.8. Auxiliar na preparação de levantamentos de informações sobre as instalações na sua área de atuação;
 - 5.16.1.9.2.9. Realizar a leitura de plantas técnicas e especificações técnicas;
 - 5.16.1.9.2.10. Auxiliar na Elaboração de estudos para dimensionamento de redes, instalação e manutenção de

equipamentos e para melhoramento da qualidade dos serviços contratados;

5.16.1.9.2.11. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

5.16.1.9.3. Recursos de trabalho: Chave de grifo; Flangeador; Furadeira; Kit de chaves; Kit de testes (água e sabão); Kits de brocas de vídeo; Máquina de dobrar; Marreta; Tarracha; Torno mecânico. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.10. Ladrilheiro: Planejam o trabalho e preparam o local de trabalho. Estabelecem os pontos de referência dos revestimentos e executam revestimentos em paredes, pavimentos, muros e outras partes de edificações com ladrilhos, pastilhas, mármore, granitos, ardósia ou material similar, tacos e tábuas de madeira. Fazem polimento e lustram revestimentos. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.10.1. Requisitos:

5.16.1.10.1.1. Certificado de conclusão do Ensino Fundamental em instituição reconhecida pelo MEC; e

5.16.1.10.1.2. Ter experiência como comprovada na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

5.16.1.10.2. Atribuições:

5.16.1.10.2.1. Fazer revestimentos em paredes, pisos, muros e em outras partes com ladrilhos, pastilhas, cerâmicas ou material similar;

5.16.1.10.2.2. Efetuar adaptação ou manutenção dos revestimentos acima;

5.16.1.10.2.3. Realizar outros serviços de natureza semelhante;

5.16.1.10.2.4. Preparar levantamentos de informações sobre as instalações na sua área de atuação; e

5.16.1.10.2.5. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

5.16.1.10.3. Recursos de trabalho: Desempenadeira denteada; Lixadeira de centro/canto; Martelo de unha; Martelo (picadeira); Pincel; Serra mármore/disco diamantado; Traçador. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.11. Pedreiro: Organizam e preparam o local de trabalho na obra; constroem fundações e estruturas de alvenaria. Aplicam revestimentos e contrapisos. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.11.1. Requisitos:

5.16.1.11.1.1. Certificado de conclusão do Ensino Fundamental em instituição reconhecida pelo MEC; e

5.16.1.11.1.2. Formação em curso de qualificação profissional na área ou comprovada experiência profissional na área por pelo menos 3 (três) anos.

5.16.1.11.2. Atribuições:

5.16.1.11.2.1. Realizar serviços na área de manutenção predial geral, que exijam habilidade no trato com ferramentas manuais (elétricas ou mecânicas), tais como: fixação e retirada de elementos (suportes, prateleiras, barras, quadros, dentre outros);

5.16.1.11.2.2. Efetuar adaptação ou manutenção desses elementos (corte, perfuração, colagem, reaperto, reencaixe, lubrificação);

5.16.1.11.2.3. Realizar serviços de esquadria;

5.16.1.11.2.4. Realizar serviços de remoção, instalação e conserto de fechaduras;

5.16.1.11.2.5. Realizar serviços de manutenção civil predial, tais como alvenaria, reparos de pisos e revestimentos em paredes, montagem e desmontagem de portas, janelas, divisórias e acessórios, entre outros na área de manutenção civil;

5.16.1.11.2.6. Realizar reparos em telhas e coberturas, caixas de passagem, entre outras estruturas de concreto ou madeira; e

5.16.1.11.2.7. Realizar outros serviços de natureza semelhante.

5.16.1.11.3. Recursos de trabalho: Balde; Camurça e desempenadeira de feltro; Colher de pedreiro;

Desempenadeira; Enxada; Esquadro; Linha de nylon; Metro; Nível de bolha; Prumo de face. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.12. Gesseiro: Preparam ferramentas, equipamentos, materiais e selecionam peças de acordo com o projeto de decoração. Fabricam e recompõem placas, peças e superfícies de gesso. Revestem tetos e paredes e rebaixam tetos com placas de painéis e gesso. Realizam decorações com peças de gesso e montam paredes divisórias com blocos e painéis de gesso. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.12.1. Requisitos:

5.16.1.12.1.1. Certificado de conclusão do Ensino Fundamental em instituição reconhecida pelo MEC; e

5.16.1.12.1.2. Formação em curso de qualificação profissional na área ou comprovada experiência profissional na área por pelo menos 3 (três) anos.

5.16.1.12.2. Atribuições:

5.16.1.12.2.1. Preparar o local de obra para aplicar gesso;

5.16.1.12.2.2. Definir o material do qual podem ser feitos revestimentos e forros, além de acabamentos e ornamentações, como molduras e sancas, conforme projeto;

5.16.1.12.2.3. Preparar ferramentas, equipamentos, materiais;

5.16.1.12.2.4. Recompôr placas, peças e superfícies de gesso danificadas;

5.16.1.12.2.5. Revestir tetos e paredes e rebaixar tetos com placas de painéis e gesso; e

5.16.1.12.2.6. Montar paredes com blocos e painéis de gesso.

5.16.1.12.3. Recursos de trabalho: Desempenadeira de aço; Desempenadeira de PVC; Escala; Formas; Mangueira de nível; Parafusadeira e furadeira; Pistola de fixação; Prumo; Régua; Serrote. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.13. Serralheiro: Confeccionam, reparam e instalam peças e elementos diversos em chapas de metal como aço, ferro galvanizado, cobre, estanho, latão, alumínio e zinco; fabricam ou reparam caldeiras, tanques, reservatórios e outros recipientes de chapas de aço; recortam, modelam e trabalham barras perfiladas de materiais ferrosos e não-ferrosos para fabricar esquadrias, portas, grades, vitrais e peças similares. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.13.1. Requisitos:

5.16.1.13.1.1. Certificado de conclusão do Ensino Fundamental em instituição reconhecida pelo MEC;

5.16.1.13.1.2. Formação em curso de qualificação profissional na área ou comprovada experiência profissional na área por pelo menos 3 (três) anos; e

5.16.1.13.1.3. Conhecimento em atividades na área de serralheria e soldagem e outras obras civis (externa e interna).

5.16.1.13.2. Atribuições:

5.16.1.13.2.1. Manutenção de portões, portas, janelas e tubos de aço carbono, garantindo a qualidade dos serviços;

5.16.1.13.2.2. Confeccionar, reparar e instalar peças, complementos e elementos diversos em chapas de metal como aço, ferro galvanizado, cobre, estanho, latão, alumínio e zinco;

5.16.1.13.2.3. Fabricar ou reparar caldeiras, tanques, reservatórios e outros recipientes de chapas de aço;

5.16.1.13.2.4. Recortar, modelar e trabalhar barras perfiladas de materiais ferrosos e não ferrosos para fabricar esquadrias, portas, grades, vitrais e peças similares; e

5.16.1.13.2.5. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

5.16.1.13.3. Recursos de trabalho: Esquadro, régua, compasso; Furadeira (elétrica e pneumática); Lixadeira; Maçarico; Máquina de solda; Martetele pneumático; Nível; Tesoura; Trena; Viradeira. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.14. Pintor: Pintam as superfícies externas e internas de edifícios e outras obras civis, raspando-as amassando-as e cobrindo-as com uma ou várias camadas de tinta; revestem tetos, paredes e outras partes de edificações com papel e materiais plásticos e, para tanto, entre outras atividades, preparam as superfícies a revestir, combinam materiais, etc... (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.14.1. Requisitos:

5.16.1.14.1.1. Certificado de conclusão do Ensino Fundamental em instituição reconhecida pelo MEC;

5.16.1.14.1.2. Formação em curso de qualificação profissional na área ou comprovada experiência profissional na área; e

5.16.1.14.1.3. Conhecimento em atividades na área de pintura edifícios e outras obras civis (externa e interna) e pintura de mobiliário em geral.

5.16.1.14.2. Atribuições:

5.16.1.14.2.1. Pintar as superfícies externas e internas, e outras obras civis, raspando-as, emassando-as e cobrindo-as com uma ou várias camadas de tinta;

5.16.1.14.2.2. Revestir tetos, paredes e outras partes de edificações com papel e materiais plásticos;

5.16.1.14.2.3. Fazer a pintura de estruturas metálicas, estruturas de madeira e mobiliário de madeira, aplicando vernizes, seladores, entre outros;

5.16.1.14.2.4. Fazer emassamento e reparo em estruturas de madeira, executar pintura utilizando pistola e aplicar seladores e vernizes;

5.16.1.14.2.5. Fazer o lixamento de estruturas metálicas e de madeira;

5.16.1.14.2.6. Pintar portas, esquadrias e caixilhos metálicos ou de madeira;

5.16.1.14.2.7. Fazer a pintura de forros e beirais dentre outros elementos integrantes da estrutura física; e

5.16.1.14.2.8. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

5.16.1.14.3. Recursos de trabalho: Abridor de junta; Equipamento de Proteção Individual (EPI); Escada; Espátula de pintor; Estilete; Pincel; Prumo; Rolo. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.15. ½ Oficial de Pintor: Pintam as superfícies externas e internas de edifícios e outras obras civis, raspando-as amassando-as e cobrindo-as com uma ou várias camadas de tinta; revestem tetos, paredes e outras partes de edificações com papel e materiais plásticos e, para tanto, entre outras atividades, preparam as superfícies a revestir, combinam materiais, etc... (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.15.1. Requisitos:

5.16.1.15.1.1. Certificado de conclusão do Ensino Fundamental em instituição reconhecida pelo MEC;

5.16.1.15.1.2. Formação em curso de qualificação profissional na área ou comprovada experiência profissional na área; e

5.16.1.15.1.3. Conhecimento em atividades na área de pintura edifícios e outras obras civis (externa e interna) e pintura de mobiliário em geral.

5.16.1.15.2. Atribuições:

5.16.1.15.2.1. Auxiliar na Pintura as superfícies externas e internas, e outras obras civis, raspando-as, emassando-as e cobrindo-as com uma ou várias camadas de tinta;

5.16.1.15.2.2. Auxiliar a revestir tetos, paredes e outras partes de edificações com papel e materiais plásticos;

5.16.1.15.2.3. Auxiliar na pintura de estruturas metálicas, estruturas de madeira e mobiliário de madeira, aplicando vernizes, seladores, entre outros;

5.16.1.15.2.4. Fazer e auxiliar no emassamento e reparo em estruturas de madeira, executar pintura utilizando pistola e aplicar seladores e vernizes;

5.16.1.15.2.5. Fazer o lixamento de estruturas metálicas e de madeira;

5.16.1.15.2.6. Pintar portas, esquadrias e caixilhos metálicos ou de madeira;

5.16.1.15.2.7. Fazer e auxiliar na pintura de forros e beirais dentre outros elementos integrantes da estrutura física; e

5.16.1.15.2.8. Auxiliar a desempenhar outras atividades inerentes à função.

5.16.1.15.3. Recursos de trabalho: Abridor de junta; Equipamento de Proteção Individual (EPI); Escada; Espátula de pintor; Estilete; Pincel; Prumo; Rolo. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.16. Soldador: Unem e cortam peças de ligas metálicas usando processos de soldagem e corte, tais como eletrodo revestido, TIG, MIG, MAG, oxigás, arco submerso, brasagem, plasma. Preparam equipamentos, acessórios, consumíveis de soldagem e corte e peças a serem soldadas. Aplicam estritas normas de segurança, organização do local de trabalho e meio ambiente

5.16.1.16.1. Requisitos:

5.16.1.16.1.1. Certificado de conclusão do Ensino Fundamental em instituição reconhecida pelo MEC; e

5.16.1.16.1.2. Formação em curso de qualificação profissional na área ou comprovada experiência profissional na área.

5.16.1.16.2. Atribuições:

5.16.1.16.2.1. Fazer corte de peças metálicas, solda em aço carbono e aço inox, furos, chapas e equipamentos, utilizando processos de soldagem e corte;

5.16.1.16.2.2. Executar serviços, medindo, riscando, furando, cortando, torcendo e unindo partes por meio de parafusos, rebites, solda e outros, de acordo com as especificações de projetos; e

5.16.1.16.2.3. Reparar, confeccionar e montar estruturas metálicas em geral.

5.16.1.16.3. Recursos de trabalho: Alimentador de arame; Amperímetro, voltímetro; Chave de regulagem; Equipamento de Proteção Individual (EPI); Estufa térmica; Maçarico com mangueira; Máquina de corte tipo PC1; Máquina de solda; Pistola (TIG, MAG, MIG); Porta-eletrodo (tenaz). (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.17. Ajudante de Pedreiro: Demolem edificações de concreto, de alvenaria e outras estruturas; preparam canteiros de obras, limpando a área e compactando solos. Efetuam manutenção de primeiro nível, limpando máquinas e ferramentas, verificando condições dos equipamentos e reparando eventuais defeitos mecânicos nos mesmos. Realizam escavações e preparam massa de concreto e outros materiais. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).

5.16.1.17.1. Requisitos:

5.16.1.17.1.1. Ser alfabetizado; e

5.16.1.17.1.2. Conhecimento em atividades na área de manutenção predial geral.

5.16.1.17.2. Atribuições:

- 5.16.1.17.2.1. Auxiliar ao pedreiro na execução de suas atividades;
- 5.16.1.17.2.2. Cuidar da organização e limpeza da área de trabalho, principalmente após a execução dos serviços, e do ferramental e instrumental que estiver trabalhando, independentemente de orientação superior;
- 5.16.1.17.2.3. Demolir edificações de concreto, de alvenaria e outras estruturas;
- 5.16.1.17.2.4. Efetuar manutenção de primeiro nível, limpando máquina e ferramentas, verificando condições dos equipamentos e reparando eventuais defeitos mecânicos nos mesmos;
- 5.16.1.17.2.5. Realizar escavações e preparam massa de concreto e outros materiais; e
- 5.16.1.17.2.6. Preparar e transportar materiais, ferramentas, aparelhos ou qualquer peça, limpando-as e arrumando-as de acordo com instruções.
- 5.16.1.17.3. Recursos de trabalho: Betoneira de concreto; Carrinho de mão, girica e paleteira; Cimento, areia, cal, brita, gesso e água; Compactador de solo; Cortadora de pisos e azulejos; Enxada, enxadão, pá, rastelo e picareta; Equipamento de Proteção Individual (EPI); Marreta, martelo, serrote e chaves de fixação; Marteleto (rompedor de concreto); Vibrador elétrico de concreto. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 2, 3º edição, 2010).
- 5.16.1.18. Oficial de Manutenção Predial: Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 1, 3º edição, 2010).
- 5.16.1.18.1. Requisitos:
 - 5.16.1.18.1.1. Certificado de conclusão do Ensino Fundamental em instituição reconhecida pelo MEC; e
 - 5.16.1.18.1.2. Conhecimento em atividades na área de manutenção predial geral.
- 5.16.1.18.2. Atribuições:
 - 5.16.1.18.2.1. Executar todas as tarefas delegadas por quem esteja subordinado, sempre sob orientação dos mesmos;
 - 5.16.1.18.2.2. Cuidar da organização e limpeza da área de trabalho, principalmente após a execução dos serviços, e do ferramental e instrumental que estiver trabalhando, independentemente de orientação superior; e
 - 5.16.1.18.2.3. Executar outras tarefas afins conforme necessidade e determinação do Supervisor.
- 5.16.1.18.3. Recursos de trabalho: Alicate, martelo, chave de fenda, chave inglesa; aspirador de pó, enceradeira; Balde; Cadeirinha, balancim; Conjunto de aspiração; EPI; Kit limpa-vidro (rodo, extensor, bucha); Produtos de limpeza; Produtos químicos (cloro); Vassoura. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 1, 3º edição, 2010).
- 5.16.1.19. Marceneiro: Preparam o local de trabalho, ordenando fluxos do processo de produção, e planejam o trabalho, interpretando projetos desenhos e especificações e esboçando o produto conforme solicitação. Confeccionam e restauram produtos de madeira e derivados (produção em série ou sob medida). Entregam produtos confeccionados sob medida ou restaurados, embalando, transportando e montando o produto no local da instalação em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de segurança, qualidade, higiene e preservação ambiental. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 1, 3º edição, 2010).
- 5.16.1.19.1. Requisitos:
 - 5.16.1.19.1.1. Com certificado de conclusão do Ensino Fundamental em instituição reconhecida pelo MEC;
 - 5.16.1.19.1.2. Ter curso de qualificação profissional ou experiência como marceneiro comprovada na CTPS por pelo menos 03 (três) anos; e
 - 5.16.1.19.1.3. Conhecimento em atividades na área de manutenção predial geral.
- 5.16.1.19.2. Atribuições:
 - 5.16.1.19.2.1. Realizar serviços como a análise da peça a ser fabricada consultando os desenhos, modelos, especificações ou outras instruções;
 - 5.16.1.19.2.2. Trabalhar a madeira riscando, cortando, torneando entalhes em ferramentas e máquinas apropriadas;
 - 5.16.1.19.2.3. Armar partes da madeira trabalhada, encaixando-as e prendendo-as com material adequado; Pintar, envernizar ou encerar as peças e móveis confeccionados;
 - 5.16.1.19.2.4. Colocar ferragens como dobradiças, puxadores e outras nas peças e móveis montados;
 - 5.16.1.19.2.5. Afiar as ferramentas de corte e dar manutenção periódica ao maquinário;
 - 5.16.1.19.2.6. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional; e
 - 5.16.1.19.2.7. Desempenhar outras atividades inerentes à função.
- 5.16.1.19.3. Recursos de trabalho: Destopadeira; Furadeira horizontal; Furadeira manual; Furadeira múltipla; Furadeira oscilante; Furadeira vertical; Grosa; Lixadeira; Plaina de grossura; Serra circular. (Classificação Brasileira

das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 1, 3º edição, 2010).

5.16.1.20. ½ Oficial de Marceneiro: Preparam o local de trabalho, ordenando fluxos do processo de produção, e planejam o trabalho, interpretando projetos desenhos e especificações e esboçando o produto conforme solicitação. Confeccionam e restauram produtos de madeira e derivados (produção em série ou sob medida). Entregam produtos confeccionados sob medida ou restaurados, embalando, transportando e montando o produto no local da instalação em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de segurança, qualidade, higiene e preservação ambiental. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 1, 3º edição, 2010).

5.16.1.20.1. Requisitos:

5.16.1.20.1.1. Com certificado de conclusão do Ensino Fundamental em instituição reconhecida pelo MEC;

5.16.1.20.1.2. Ter curso de qualificação profissional ou experiência como marceneiro comprovada na CTPS por pelo menos 03 (três) anos; e

5.16.1.20.1.3. Conhecimento em atividades na área de manutenção predial geral.

5.16.1.20.2. Atribuições:

5.16.1.20.2.1. Auxiliar nos serviços de análise da peça a ser fabricada consultando os desenhos, modelos, especificações ou outras instruções;

5.16.1.20.2.2. Auxiliar no trabalho com a madeira riscando, cortando, torneando entalhes em ferramentas e máquinas apropriadas;

5.16.1.20.2.3. Armar partes da madeira trabalhada, encaixando-as e prendendo-as com material adequado; Pintar, envernizar ou encerar as peças e móveis confeccionados;

5.16.1.20.2.4. Colocar ferragens como dobradiças, puxadores e outras nas peças e móveis montados;

5.16.1.20.2.5. Afiar as ferramentas de corte e dar manutenção periódica ao maquinário;

5.16.1.20.2.6. Auxiliar na execução de outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional; e

5.16.1.20.2.7. Auxiliar a desempenhar outras atividades inerentes à função.

5.16.1.20.3. Recursos de trabalho: Destopadeira; Furadeira horizontal; Furadeira manual; Furadeira múltipla; Furadeira oscilante; Furadeira vertical; Grosseira; Lixadeira; Plaina de grosseira; Serra circular. (Classificação Brasileira das Ocupações - CBO, Ministério do Trabalho, livro 1, 3º edição, 2010).

5.17. Descrição das atividades das Equipes

5.17.1. Da Equipe de Coordenação

5.17.1.1. É responsabilidade da Equipe de Coordenação da Contratada, o controle, implementação e articulação das funções relativas ao objeto, alimentação de dados referentes a manutenção predial no software de gestão manutenção predial (a contratar), bem como a elaboração e acompanhamento do cumprimento dos Plano de Manutenção, Operação e Controle do HNMD e cadernos de manutenção do HNMD. Faz parte das atribuições da Equipe de Coordenação, o levantamento de dados, orçamentação de serviço e/ou materiais para realizações de atividades pertinentes ao objeto e elaboração de projetos arquitetônicos. Cumprirá à função de gestão a definição, caracterização e quantificação dos materiais, componentes e serviços de manutenção a serem adquiridos ou contratados pela Administração.

5.17.1.2. Atividade onde demandar trabalhos de mudanças de leiaute e/ou de ambientes, solicitados pelo Fiscal do Contrato, deverá ser realizado o registro de todos os componentes e sistemas abrangidos pelo programa de manutenção ou alteração de ambientes, incluindo identificação, descrição e localização, fim de atualização da documentação, refletindo fielmente todas as modificações e complementações realizadas ao longo da sua vida útil, incluindo os memoriais e desenhos “As Built” elaborados durante a construção e todas as alterações.

5.17.2. Da Equipe de Supervisão e Gestão

5.17.2.1. É de responsabilidade desta Equipe, o controle de acessos dos colaboradores (horário de entrada e saída dos colaboradores), recursos financeiros e materiais da Contratada, bem como elaboração de custos, orçamentos e fluxo de caixa.

5.17.2.2. É tarefa da Equipe de Supervisão e Gestão, estabelecer uma estreita comunicação com o Fiscal do Contrato, a fim de apresentar diagnóstico das atividades, controle de notas fiscais, relatórios de monitoramento dos colaboradores sob a luz do Termo de Referência.

5.17.2.3. Atributos de liderança de pessoal, boas estratégias de negociação, habilidade para tomada de decisões e boa observação das situações de forma global e sistêmica.

5.17.3. Da Equipe de Operação

5.17.3.1. É responsabilidade da Equipe de Operação da Contratada, o controle da execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) do HNMD, assim como registro das atividades de manutenção periódicas nos Cadernos de Manutenção do HNMD, supervisão das atividades, gerenciamento e articulação da mão de obra, acompanhamento de desempenho das equipes, estocagem de matérias e logística de suprimentos, insumos e

produtos para possibilitar o andamento das atividades. As operações relativas ao cumprimento das atividades das equipes, deverão ser apresentadas ao Fiscal do Contrato mensalmente, através de relatórios técnicos atribuídos a Equipe de Coordenação da Contratada.

5.17.3.2. Da Equipe Azul – Sistemas Hidrossanitários

5.17.3.2.1. Conforme demanda no Hospital, esta Equipe ficará à disposição para o cumprimento de Pedidos de Serviços, onde serão solicitados pelos setores do HNMD, no que tange os sistemas de instalações hidrossanitárias, conforme funções Equipe Azul, Anexo E – Organograma Manutenção Predial.

5.17.3.3. Da Equipe Verde – Recomposição e Modernização

5.17.3.3.1. A Equipe Verde realizará atividades multidisciplinares relativas à modernização e/ou adequação de ambientes do Hospital, conforme demanda de trabalho no HNMD em ambientes comuns e privativos, com a finalidade de atender o escopo do Termo de Referência.

5.17.3.4. Das Equipes Cinza e Amarela – Reparos e Conservações

5.17.3.4.1. As Equipes Cinza e Amarela realizarão atividades multidisciplinares, a fim de atender o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) e registrar as atividades de manutenção nos Cadernos de Manutenção do hospital. O cumprimento das manutenções preditivas e preventivas serão de responsabilidade destas Equipes, tendo como observação a jornada de trabalho de cada equipe, no sentido de atender a complexibilidade do Hospital.

5.17.3.5. Da equipe Marinho – Departamento de apoio

5.17.3.5.1. A equipe Marinho é composta por funcionários que ficarão no Departamento de Apoio do HNMD, e darão suporte as atividades de manutenção preditiva e preventiva realizadas pelas equipes Cinza e Amarela.

5.17.3.6. Da equipe Vermelha – Reparos dos leitos

5.17.3.6.1. A equipe vermelha será composta por profissionais de múltiplas disciplinas que ficarão exclusivamente a disposição para atividades de manutenção, preventiva e corretiva dos leitos hospitalares.

5.17.3.7. Da equipe da Escola de Saúde da Marinha (ESM).

5.17.3.7.1. A equipe da ESM será composta por profissionais de múltiplas disciplinas que ficarão exclusivamente a disposição da Escola de Saúde da Marinha para atividades de manutenção, preventiva e corretiva das instalações prediais da edificação que compõe a ESM.

5.17.3.8. Da Equipe de Plantonistas

5.17.3.8.1. A Equipe de Plantonistas deverá ser composta para atuar, de forma permanente, neste Hospital, em dias corridos, inclusive feriados, sábados e domingos durante 24 horas (Plantão 12x36 horas). A Equipe deverá ser composta por 06 (seis) Bombeiros hidráulicos e 04 (quatro) ½ Oficiais de Bombeiros.

Materiais a serem disponibilizados

5.18. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades mínimas estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.18.1. Todas as ferramentas e instrumentos adequados à execução do presente objeto são de inteira responsabilidade da Contratada, que deverá prover tais itens, mantendo à disposição constante da equipe, ao menos, e de forma não exaustiva, as ferramentas e quantitativos listados a seguir:

5.18.2. Ferramentas de uso coletivo

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	SERRA MÁRMORE BOSCH OU SUPERIOR Características mínimas: Potência: (W)1450, Tensão/Voltagem: 127V, Comprimento do fio (m) 2,5, Cortes em ângulo 0 grau : 40mm / a 45 graus : 21,5 mm, Chave allen.	6
2	ESMERILHADEIRA PEQUENA BOSCH OU SUPERIOR Características mínimas: Esmerilhadeira angular empunhadura Auxiliar Para 2 posições, Diâmetro do disco 115mm Rosca do eixo, espessura máximo do disco 6 4 mm Potência 720W, voltagem 127V.	3

<u>3</u>	<u>ESMERILHADEIRA GRANDE BOSCH OU SUPERIOR</u> Características mínimas: Potência: 850 Watts, Punho auxiliar , Chave de pinos, Capa de proteção, Tamanhos (AxLxP): 10,2 x 5,6 x 28,9 cm.	<u>2</u>
<u>4</u>	<u>ROTO ROOTER MANUAL FPF OU SUPERIOR</u> Características mínimas: Sistema para desentupir à vácuo, possuir tamanhos de bocais: 15 cm, Medidas: 37 cm (altura – sem os bocais) x 6,5 cm (diâmetro), material: Plástico.	<u>1</u>
<u>5</u>	<u>ROTO ROOTER AUTOMÁTICO FPF OU SUPERIOR</u> Características mínimas: Fluidez ideal da água nos canos, caixas de gordura e ralos; Coleta eficiente de resíduos antes do despejo em córregos e rios; Elimina chance da proliferação de insetos e demais pragas;	<u>1</u>
<u>6</u>	<u>MAQUINA DE SOLDA PORTÁTIL ESAB BANTAM OU SUPERIOR</u> Características do Produto: Voltagem: 220V; frequência: 60 Hz; capacidade: 6,2 kVA corrente de entrada: 20A; tensão em vazio: 60 V; tensão de trabalho: 25,4 V; corrente: 10 – 135A; fator de potência: 0,8; tipo de solda: Eletrodo; diâmetro recomendado do eletrodo: 1,6 – 3,25 mm.	<u>2</u>
<u>7</u>	<u>BOMBA SUBMERSÍVEL 2 CV BOSCH OU SUPERIOR</u> Características mínimas: Rotação: 2 polos - 3.500 rpm - 60 Hz; monofásicos 220V; trifásicos 220/380V; isolamento classe B; passagem de sólidos de 40mm; bocais com rosca BSP 3; temperatura máxima de bombeamento do líquido 40 ; comprimento do cabo de ligação: 3,5m.	<u>2</u>
<u>8</u>	<u>MARTELETE DEMOLIDOR 10kg BOSCH OU SUPERIOR</u> Características mínimas: Potência 1500 W; encaixe SDS max; função demolição e perfuração, velocidade mínima de rotação 900 rpm; v elocidade máxima de rotação 1800 rpm; , talhadeira e ponteira; v oltagem 220V; peso 10. kg	<u>1</u>
<u>9</u>	<u>MARTELETE DEMOLIDOR 5kg BOSCH OU SUPERIOR</u> Características mínimas: Potência 1500 W; encaixe SDS max; função demolição e perfuração, velocidade mínima de rotação 900 rpm; v elocidade máxima de rotação 1800 rpm; , talhadeira e ponteira; v oltagem 220V; peso 5. kg	<u>2</u>
<u>10</u>	<u>FURADEIRA DE IMPACTO BOSCH OU SUPERIOR</u> Características mínimas: Potência 650 W; tamanho do mandril 13 mm, velocidade mínima de rotação 1 rpm; velocidade máxima de rotação 3150 rpm, batidas por minuto 44200; função percutor.	<u>5</u>

<u>11</u>	<u>ARCO DE SERRA 10" STARRETT OU SUPERIOR</u>	<u>5</u>
<u>12</u>	<u>KIT DE MAÇARICO CONDOR OU SUPERIOR</u> <u>Características mínimas:</u> <u>1 Cilindro de acetileno de 1 metro cubico</u> <u>1 Cilindro de oxigênio</u> <u>1 metro cubico</u> <u>1 Mangueira dupla reforçada (5mts)</u> <u>1 Regulador de pressão de Acetileno</u> <u>1 Regulador de pressão de Oxigênio</u> <u>1 Extensões de solda</u> <u>1 Carrinho para transporte</u> <u>2 Válvula anti-retrocesso</u> <u>1 Maçarico para solda</u>	<u>2</u>
<u>13</u>	<u>PÁ COM CABO TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>10</u>
<u>14</u>	<u>ENXADA COM CABO TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>10</u>
<u>15</u>	<u>CAVADEIRA DE FERRO COM CABO TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>
<u>16</u>	<u>CAVADEIRA ARTICULADA COM CABO TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>
<u>17</u>	<u>PICARETA COM CABO TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>
<u>18</u>	<u>PENEIRA DE ARROZ MM OU SUPERIOR</u> <u>COM ARO DE MADEIRA– DIÂMETRO 60CM</u>	<u>5</u>
<u>19</u>	<u>PENEIRA DE FEIJÃO MM OU SUPERIOR COM ARO DE MADEIRA – DIÂMETRO 70 CM</u>	<u>5</u>
<u>20</u>	<u>CARRINHO DE MÃO TRAMONTINA OU SUPERIOR</u> <u>Características mínimas: Caçamba reforçada, fabricada em chapa de aço 1,5mm; Varal reforçado, fabricado em tubo de aço 1,5mm; Volume máximo: 60 Litros; Carga máxima: 150Kg.</u>	<u>10</u>
<u>21</u>	<u>GIRICA MULTIMARCA OU SUPERIOR</u> <u>Características mínimas: Rodas com rolamento de esfera e com pneu e câmara 350x8; Capacidade: 140 Litros; Espessura chapa caçamba: #16 (1,50mm); Dimensões da caçamba: 550 x 1000 x 430mm; Comprimento do carrinho (CxLxA): 1350 x 620 x 820mm; Peso do carrinho: 40kg.</u>	<u>2</u>
	<u>CARRO PLATAFORMA GODOTTI</u>	

<u>22</u>	<u>Características mínimas: Alt. 442mm x Larg. x 800mm</u> <u>Comp. 1500mm</u> <u>Capacidade: 400kg</u> <u>Carrinho de carga plataforma com madeira e rodas pneu e câmara.</u>	<u>5</u>
<u>23</u>	<u>DESENTUPIDOR DE VASO TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>3</u>
<u>24</u>	<u>DESENTUPIDOR DE PIA TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>3</u>
<u>25</u>	<u>PONTEIRO TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>3</u>
<u>26</u>	<u>MARRETA DE 1 KG TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>3</u>
<u>27</u>	<u>MARRETA DE 2KG TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>3</u>
<u>28</u>	<u>TALHADEIRA TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>3</u>
<u>29</u>	<u>CORTADOR DE PISO TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>
<u>30</u>	<u>COLHER DE PEDREIRO TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>4</u>
<u>31</u>	<u>BALDE METÁLICO VONDER OU SUPERIOR</u>	<u>20</u>
<u>32</u>	<u>MASSEIRA PARA CONCRETO DE PLÁSTICO VONDER OU SUPERIOR</u>	<u>21</u>
<u>33</u>	<u>JOGO DE CHAVE (7 PÇ) DE FENDA COM ISOLAMENTO STANLEY OU SUPERIOR</u>	<u>3</u>
<u>34</u>	<u>JOGO DE CHAVE (7 PÇ) DE PHILLIPS COM ISOLAMENTO STANLEY OU SUPERIOR</u>	<u>3</u>
<u>35</u>	<u>ALICATE UNIVERSAL VONDER OU SUPERIOR</u>	<u>4</u>
<u>36</u>	<u>ALICATE BOMBA D ÁGUA VONDER OU SUPERIOR</u>	<u>4</u>
<u>37</u>	<u>ALICATE DE PRESSÃO VONDER OU SUPERIOR</u>	<u>4</u>
<u>38</u>	<u>JOGO 12 PÇ DE CHAVE CANHÃO COM ISOLAMETO VONDER OU SUPERIOR DE 3 A 14MM</u>	<u>3</u>
<u>39</u>	<u>JOGO DE CHAVE (16 PÇ) BOCA COMBINADA COM CATRACA VONDER OU SUPERIOR</u>	<u>3</u>

<u>40</u>	<u>MARTELO Nº 25 VONDER OU SUPERIOR</u>	<u>3</u>
<u>41</u>	<u>JOGO DE SERRA COPO (15PÇ). MEDIDA ¾ a 3pol STARRETT</u> <u>OU SUPERIOR</u>	<u>5</u>
<u>42</u>	<u>JOGO DE SERRA COPO (7PÇ) CONCRETO VIDEA HASTE SDS PLUS.</u> <u>MEDIDA 30-65 mm STARRETT OU SUPERIOR</u>	<u>5</u>
<u>43</u>	<u>NÍVEL DIGITAL 30 M BOSCH OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>
<u>44</u>	<u>SERROTE PARA GESSO 6POL VONDER OU SUPERIOR</u>	<u>1</u>
<u>45</u>	<u>TRENA METÁLICA DE 5M LUFKIN OU SUPERIOR</u>	<u>10</u>
<u>46</u>	<u>TRENA METÁLICA DE 10M LUFKIN OU SUPERIOR</u>	<u>5</u>
<u>47</u>	<u>FITA MÉTRICA DE 30M LUFKIN OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>
<u>48</u>	<u>FITA MÉTRICA DE 50M LUFKIN OU SUPERIOR</u>	<u>1</u>
<u>49</u>	<u>TRENA DIGITAL A LASER COM 50M BOSCH OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>
<u>50</u>	<u>APLICADOR PARA SILICONE VONDER OU SUPERIOR</u>	<u>5</u>
<u>51</u>	<u>LANTERNA DE LED 120 LUMENS RAYOVAC OU SUPERIOR</u>	<u>5</u>
<u>52</u>	<u>EXTENSÃO ELÉTRICA COM 5M 2P+T 20A TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>5</u>
<u>53</u>	<u>EXTENSÃO ELÉTRICA COM 10 M 2P+T 20A TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>5</u>
<u>54</u>	<u>EXTENSÃO ELÉTRICA COM 20 M 2P+T 20A TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>5</u>
<u>55</u>	<u>ESCADA DE FIBRA COM 04 DEGRAUS ESCAFORT OU SUPERIOR</u>	<u>10</u>
<u>56</u>	<u>ESCADA DE FIBRA COM 07 DEGRAUS ESCAFORT OU SUPERIOR</u>	<u>5</u>
<u>57</u>	<u>ESCADA EXTENSÍVEL DE 6M ESCAFORT OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>

<u>58</u>	<u>ESCADA ARTICULADA TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>
<u>59</u>	<u>PARAFUSADEIRA: Características mínimas: 300W; Voltagem 127V (110V); Rotação Máxima 800 rpm; diâmetro do Encaixe 3/8 "; com fio; mandril 3/8;</u>	<u>2</u>
<u>60</u>	<u>ALICATE PUNCIONADOR 12" TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>
<u>61</u>	<u>DESBASTADOR (Plaina) 6" LOTUS OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>
<u>62</u>	<u>TESOURA DE AVIAÇÃO CORTE RETO 10" TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>
<u>63</u>	<u>SERROTE DE PONTA 12" TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>
<u>64</u>	<u>DESEMPENADEIRA DE INOX (12X30CM) TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>
<u>65</u>	<u>JOGO FORMÃO COM CABO DE MADEIRA. MEDIDA 6 A 38mm (6 PEÇAS) TRAMONTINA OU SUPERIOR</u>	<u>2</u>
<u>66</u>	<u>CHAVE CORRENTE Nº 18</u>	<u>1</u>
<u>67</u>	<u>CHAVE DE GRIFFO 18 GEDORE OU SIMILAR</u>	<u>4</u>
<u>68</u>	<u>CHAVE DE GRIFFO 24 GEDORE OU SIMILAR</u>	<u>4</u>
<u>69</u>	<u>CHAVE DE GRIFFO 36 GEDORE OU SIMILAR</u>	<u>2</u>
<u>70</u>	<u>CHAVE DE GRIFFO 48 GEDORE OU SIMILAR</u>	<u>2</u>
<u>71</u>	<u>JOGO DE CHAVE INGLESA 6,10,12 E 18 GEDORE OU SIMILAR</u>	<u>1</u>
<u>72</u>	<u>JOGO DE ESPATULA PARA GESSEIRO VONDER OU SUPERIOR. Medida 25 CM, 20CM E 12,5 CM</u>	<u>1</u>
<u>73</u>	<u>JOGO DE ESPATULA PARA PINTOR VONDER OU SUPERIOR. Medida 3,8 CM, 7,6 CM, 10,2 CM E 12,57CM</u>	<u>3</u>
<u>74</u>	<u>JOGO DE SOQUETES SEXTAVADOS COM ENCAIXE DE ½ POL COM 25 PEÇAS - GEDORE-15503</u>	<u>2</u>
<u>75</u>	<u>MARTELETE COMBINADO 24MM C/ENCAIXE SDS PLUS 800 WATTS - HR2470 – MAKITA OU SIMILAR</u>	<u>5</u>

5.18.3. Ferramentas individuais

5.18.3.1. Contratada deverá fornecer, minimamente, as ferramentas indicadas que serão usadas pelos profissionais elencados abaixo para o perfeito cumprimento das necessidades da função:

<u>Bolsa de Ferramentas – Supervisor de Hidráulica</u>		
<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Quantidade</u>
<u>1</u>	<u>ALICATE DE BICO PAPAGAIO STANLEY 10 POL</u>	<u>2</u>
<u>2</u>	<u>Alicate Universal 8 Pol. Isolado 1000V ALICATE DE BICO PAPAGAIO STANLEY 10 POL</u>	<u>2</u>
<u>3</u>	<u>Alicate Universal 8 Pol. Isolado 1000V</u>	<u>2</u>
<u>4</u>	<u>ARCO DE SERRA</u>	<u>2</u>
<u>5</u>	<u>Arco de Serra 10' starret</u>	<u>2</u>
<u>6</u>	<u>BOLSA MALA DE FERRAMENTA TOOL CENTER 18 IRWIN – BOLSA LONA IRWIM STANDER 16 POL</u>	<u>2</u>
<u>7</u>	<u>CHAVE GRIFO Nº 12</u>	<u>2</u>
<u>8</u>	<u>Colher de Pedreiro Média Nº 07</u>	<u>2</u>
<u>9</u>	<u>Desempenadeira de aço dentada 25,5 x 12CM</u>	<u>2</u>
<u>10</u>	<u>Desempenadeira de Aço Inox</u>	<u>2</u>
<u>11</u>	<u>Desempenadeira Madeira 160 mm x 270 mm</u>	<u>2</u>
<u>12</u>	<u>Desentupidor de Pia</u>	<u>2</u>
<u>13</u>	<u>Desentupidora de Vaso</u>	<u>2</u>
<u>14</u>	<u>Jogo de chave de Fenda 5 Pç</u>	<u>2</u>
<u>15</u>	<u>Jogo de Chave Philips 5 Pç</u>	<u>2</u>

<u>16</u>	<u>Jogo de espátulas 4 peças</u>	<u>2</u>
<u>17</u>	<u>Jogo de espátula para gesso</u>	<u>2</u>
<u>18</u>	<u>Jogo de Formão com cabo madeira (6 pç)</u>	<u>2</u>
<u>19</u>	<u>Jogo de Espátula de aço inox 4 pç</u>	<u>2</u>
<u>20</u>	<u>Lanterna de Led recarregável</u>	<u>2</u>
<u>21</u>	<u>Linha de Nylon</u>	<u>2</u>
<u>22</u>	<u>Marreta 0,5 kg c/ cabo</u>	<u>2</u>
<u>23</u>	<u>Nível de mão de madeira com 2 bolhas</u>	<u>2</u>
<u>24</u>	<u>Prumo de Face 500 g</u>	<u>2</u>
<u>25</u>	<u>Riscador de Rejunte</u>	<u>2</u>
<u>26</u>	<u>Serrote 15 Pol</u>	<u>2</u>
<u>27</u>	<u>Serrote para Gesso</u>	<u>2</u>
<u>28</u>	<u>Torques</u>	<u>2</u>
<u>29</u>	<u>TRENA 5M STARRET</u>	<u>2</u>

Bolsa de Ferramentas – Pedreiro

<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Quantidade</u>
<u>1</u>	<u>Alicate Universal 8 Pol. Isolado 1000V</u>	<u>7</u>
<u>2</u>	<u>BOLSA MALA DE FERRAMENTA TOOL CENTER 18 IRWIN – BOLSA LONA IRWIN STANDER 16 POL</u>	<u>7</u>
<u>3</u>	<u>Colher De Pedreiro Canto Redondo 8</u>	<u>7</u>
<u>4</u>	<u>Desempenadeira aco dentada at145</u>	<u>7</u>

<u>5</u>	<u>Desempenadeira Madeirite Naval</u>	<u>7</u>
<u>6</u>	<u>ESQUADRO CABO ALUMINIO 35CM 14"</u>	<u>7</u>
<u>7</u>	<u>Jogo de Chaves Fenda e Phillips com 5 Peças (4 Fenda: 3/16x4", 1/4x8", 3/16x6" e 1/4x6"; 1 Phillips: 1/4x6"PH2)</u>	<u>7</u>
<u>8</u>	<u>Jogo de espatula de aço inox cabo de madeira 10 cm ,15cm 20cm</u>	<u>7</u>
<u>9</u>	<u>LANTERNA TÁTICA MILITAR RECARREGÁVEL</u>	<u>7</u>
<u>10</u>	<u>LINHA DE NYLON</u>	<u>7</u>
<u>11</u>	<u>MARRETA 1,0 KG C CABO</u>	<u>7</u>
<u>12</u>	<u>MARTELO DE BORRACHA 40MM COM CABO DE MADEIRA</u>	<u>7</u>
<u>13</u>	<u>MARTELO UNHA CABEÇA 28MM COM CABO DE FIBRA</u>	<u>7</u>
<u>14</u>	<u>Nível de Alumínio 12 Pol.</u>	<u>7</u>
<u>15</u>	<u>PONTEIRO 3/4 X 1/2</u>	<u>7</u>
<u>16</u>	<u>PRUMO DE FACE 500GR</u>	<u>7</u>
<u>17</u>	<u>RISCADOR DE FÓRMICA</u>	<u>7</u>
<u>18</u>	<u>TALHADEIRA 3/4 X 1/2</u>	<u>7</u>
<u>19</u>	<u>Torques Armador Cid T 12</u>	<u>7</u>
<u>20</u>	<u>TRENA 5M STARRET</u>	<u>7</u>

Bolsa de Ferramentas – Ladrilheiro

<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Quantidade</u>
<u>1</u>	<u>Alicate Universal 8 Pol. Isolado 1000V</u>	<u>3</u>

<u>2</u>	<u>BOLSA MALA DE FERRAMENTA TOOL CENTER 18 IRWIN – BOLSA LONA IRWIM STANDER 16 POL</u>	<u>3</u>
<u>3</u>	<u>Colher De Pedreiro Canto Redondo 8</u>	<u>3</u>
<u>4</u>	<u>Desempenadeira aco dentada at145</u>	<u>3</u>
<u>5</u>	<u>Desempenadeira Madeirite Naval</u>	<u>3</u>
<u>6</u>	<u>ESQUADRO CABO ALUMINIO 35CM 14"</u>	<u>3</u>
<u>7</u>	<u>Jogo de Chaves Fenda e Phillips com 5 Peças (4 Fenda: 3/16x4", 1/4x8", 3/16x6" e 1/4x6"; 1 Phillips: 1/4x6"PH2)</u>	<u>3</u>
<u>8</u>	<u>Jogo de espátula de aço inox cabo de madeira 10 cm ,15cm 20cm</u>	<u>3</u>
<u>9</u>	<u>LANTERNA TÁTICA MILITAR RECARREGÁVEL</u>	<u>3</u>
<u>10</u>	<u>LINHA DE NYLON</u>	<u>3</u>
<u>11</u>	<u>MARRETA 1,0 KG C CABO</u>	<u>3</u>
<u>12</u>	<u>MARTELO DE BORRACHA 40MM COM CABO DE MADEIRA</u>	<u>3</u>
<u>13</u>	<u>MARTELO UNHA CABEÇA 28MM COM CABO DE FIBRA</u>	<u>3</u>
<u>14</u>	<u>Nível de Alumínio 12 Pol.</u>	<u>3</u>
<u>15</u>	<u>PONTEIRO 3/4 X 1/2</u>	<u>3</u>
<u>16</u>	<u>PRUMO DE FACE 500GR</u>	<u>3</u>
<u>17</u>	<u>RISCADOR DE FÓRMICA</u>	<u>3</u>
<u>18</u>	<u>TALHADEIRA 3/4 X 1/2</u>	<u>3</u>
<u>19</u>	<u>Torques Armador Cid T 12</u>	<u>3</u>
<u>20</u>	<u>TRENA 5M STARRET</u>	<u>3</u>
<u>Bolsa de Ferramentas – Pintor</u>		

<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Quantidade</u>
<u>1</u>	<u>BOLSA MALA DE FERRAMENTA TOOL CENTER 18 IRWIN – BOLSA LONA IRWIM STANDER 16 POL</u>	<u>7</u>
<u>2</u>	<u>Cabo Extensor Para Pintura 3,0mt Telescópico Aço</u>	<u>7</u>
<u>3</u>	<u>Caçamba Preta 10l</u>	<u>7</u>
<u>4</u>	<u>Desempenadeira Aço Inox 12x29cm</u>	<u>7</u>
<u>5</u>	<u>Jogo de Chaves Fenda e Phillips com 5 Peças (4 Fenda: 3/16x4", 1/4x8", 3/16x6" e 1/4x6"; 1 Phillips: 1/4x6"PH2)</u>	<u>7</u>
<u>6</u>	<u>Jogo de espátula de aço inox cabo de madeira 10 cm ,15cm 20cm</u>	<u>7</u>
<u>7</u>	<u>PAD PARA RECORTE EM PINTURA COM CABO AJUSTÁVEL EM 360° COM ROSCA</u>	<u>7</u>
<u>8</u>	<u>Suporte Manual Para Lixa 230 X 80 Mm</u>	<u>7</u>
<u>9</u>	<u>TRENA 5M STARRET</u>	<u>7</u>

Bolsa de Ferramentas – ½ Oficial Pintor

<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Quantidade</u>
<u>1</u>	<u>BOLSA MALA DE FERRAMENTA TOOL CENTER 18 IRWIN – BOLSA LONA IRWIM STANDER 16 POL</u>	<u>4</u>
<u>2</u>	<u>Cabo Extensor Para Pintura 3,0mt Telescópico Aço</u>	<u>4</u>
<u>3</u>	<u>Caçamba Preta 10l</u>	<u>4</u>
<u>4</u>	<u>Desempenadeira Aço Inox 12x29cm</u>	<u>4</u>
<u>5</u>	<u>Jogo de Chaves Fenda e Phillips com 5 Peças (4 Fenda: 3/16x4", 1/4x8", 3/16x6" e 1/4x6"; 1 Phillips: 1/4x6"PH2)</u>	<u>4</u>
<u>6</u>	<u>Jogo de espátula de aço inox cabo de madeira 10 cm ,15cm 20cm</u>	<u>4</u>
<u>7</u>	<u>PAD PARA RECORTE EM PINTURA COM CABO AJUSTÁVEL EM 360° COM ROSCA</u>	<u>4</u>

<u>8</u>	<u>Suporte Manual Para Lixa 230 X 80 Mm</u>	<u>4</u>
<u>9</u>	<u>TRENA 5M STARRET</u>	<u>4</u>
<u>Bolsa de Ferramentas – Soldador</u>		
<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Quantidade</u>
<u>1</u>	<u>BOLSA MALA DE FERRAMENTA TOOL CENTER 18 IRWIN – BOLSA LONA IRWIM STANDER 16 POL</u>	<u>2</u>
<u>2</u>	<u>Jogo Chave 7 Fenda E 7 Phillips 14 Peças (1/8x5 3/16x4 3/16x6 1/4x4 1/4x10 5/16x6 1/8x5 3/16x4 3/16x6 1/4x4 1/4x6 5/16x6 1/4x1.1/2 1/4x1.1/2)</u>	<u>2</u>
<u>3</u>	<u>Martelo Bola 500g em Madeira Legítima -</u>	<u>2</u>
<u>4</u>	<u>MARTELO UNHA CABEÇA 28MM COM CABO DE FIBRA</u>	<u>2</u>
<u>5</u>	<u>TRENA 5M STARRET</u>	<u>2</u>
<u>Bolsa de Ferramentas – Bombeiro Hidráulico</u>		
<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Quantidade</u>
<u>1</u>	<u>BOLSA MALA DE FERRAMENTA TOOL CENTER 18 IRWIN – BOLSA LONA IRWIM STANDER 16 POL</u>	<u>18</u>
<u>2</u>	<u>Desentupidor Manual Tipo Bomba</u>	<u>18</u>
<u>3</u>	<u>DESENTUPIDORA A VACUO</u>	<u>18</u>
<u>4</u>	<u>TRENA 5M STARRET</u>	<u>18</u>
<u>5</u>	<u>Jogo de Chaves Fenda e Phillips com 5 Peças (4 Fenda: 3/16x4", 1/4x8", 3/16x6" e 1/4x6"; 1 Phillips: 1/4x6"PH2)</u>	<u>18</u>
<u>6</u>	<u>Alicate Universal 8 Pol. Isolado 1000V</u>	<u>18</u>
<u>7</u>	<u>CHAVE GRIFO Nº 14</u>	<u>18</u>
<u>8</u>	<u>Alicate Bomba D'Agua 12'</u>	<u>18</u>

<u>9</u>	<u>MARRETA 1,0 KG C CABO</u>	<u>18</u>
<u>10</u>	<u>PONTEIRO 3/4 X 1/2</u>	<u>18</u>
<u>11</u>	<u>TALHADEIRA 3/4 X 1/2</u>	<u>18</u>
<u>12</u>	<u>Alicate De Pressão 10 Polegadas</u>	<u>18</u>
<u>13</u>	<u>LANTERNA TÁTICA MILITAR RECARREGÁVEL</u>	<u>18</u>
<u>14</u>	<u>Chave Ajustável de 12 Pol. (35mm)</u>	<u>18</u>
<u>15</u>	<u>Jogo De Chave Combinada Boca E Estria Completa 5 (10 a 14mm)</u>	<u>18</u>
<u>16</u>	<u>Arco De Serra Fechado Com Lâmina 12" -</u>	<u>18</u>
<u>17</u>	<u>Chave Inglesa Multifuncional Multi Hidráulica 8 em 1 -</u>	<u>18</u>
<u>18</u>	<u>Cortador De Tubos De Pvc,</u>	<u>18</u>
<u>19</u>	<u>01 Nível de Alumínio 12 Pol. -</u>	<u>18</u>
<u>20</u>	<u>TORQUES</u>	<u>18</u>
<u>21</u>	<u>cortador de tubos de cobre 1/8 a 1 1/4</u>	<u>18</u>
<u>22</u>	<u>lima chata bastarda 8 pol com cabo vonder</u>	<u>18</u>
<u>23</u>	<u>Chave Manutenção Válvula Docol E Registro Pressão Original</u>	<u>18</u>

Bolsa de Ferramentas – ½ Oficial Bombeiro

<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Quantidade</u>
<u>1</u>	<u>BOLSA MALA DE FERRAMENTA TOOL CENTER 12 IRWIN – BOLSA LONA IRWIM STANDER 16 POL</u>	<u>12</u>
<u>2</u>	<u>Desentupidor Manual Tipo Bomba</u>	<u>12</u>
<u>3</u>	<u>DESENTUPIDORA A VACUO</u>	<u>12</u>

<u>4</u>	<u>TRENA 5M STARRET</u>	<u>12</u>
<u>5</u>	<u>Jogo de Chaves Fenda e Phillips com 5 Peças (4 Fenda: 3/16x4", 1/4x8", 3/16x6" e 1/4x6"; 1 Phillips: 1/4x6"PH2)</u>	<u>12</u>
<u>6</u>	<u>Alicate Bomba D'Agua 12'</u>	<u>12</u>
<u>7</u>	<u>LANTERNA TÁTICA MILITAR RECARREGÁVEL</u>	<u>12</u>
<u>8</u>	<u>Arco De Serra Fechado Com Lâmina 12" -</u>	<u>12</u>
<u>9</u>	<u>Chave Inglesa Multifuncional Multi Hidráulica 8 em 1 -</u>	<u>12</u>
<u>10</u>	<u>Chave Manutenção Válvula Docol E Registro Pressão Original</u>	<u>12</u>
<u>Bolsa de Ferramentas – Marceneiro</u>		
<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Quantidade</u>
<u>1</u>	<u>BOLSA MALA DE FERRAMENTA TOOL CENTER 18 IRWIN – BOLSA LONA IRWIM STANDER 16 POL</u>	<u>1</u>
<u>2</u>	<u>JOGO DE BITS COM GUIA MAGNÉTICA 25,4MM COM 6 PEÇAS</u>	<u>1</u>
<u>3</u>	<u>JOGO DE BROCA CHATAS PARA MADEIRA 7 PEÇAS (1/4 A 1)</u>	<u>1</u>
<u>4</u>	<u>JOGO DE GRAMPOS TIPO c 25-50 75MM</u>	<u>1</u>
<u>5</u>	<u>KIT FORMÃO (1/2, 3/4, 7/8)</u>	<u>1</u>
<u>6</u>	<u>MARTELO DE MARCENEIRO</u>	<u>1</u>
<u>7</u>	<u>NÍVEL DE ALUMINIO 24" COM ESTRUTURA DE VIGA i</u>	<u>1</u>
<u>8</u>	<u>REFILADOR DE CANTOS MANUAL PARA FITA DE BORDA 1/2 A 1!</u>	<u>1</u>
<u>9</u>	<u>RISCADOR DE FÓRMICA</u>	<u>1</u>
<u>10</u>	<u>SUPORTE MAGNÉTICO PARA BROCA</u>	<u>1</u>
<u>11</u>	<u>TRENA 5M STARRET</u>	<u>1</u>

<u>12</u>	<u>METRO SUECO</u>	<u>1</u>
<u>Bolsa de Ferramentas – Gesseiro</u>		
<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Quantidade</u>
<u>1</u>	<u>Alicate Prendedor De Perfil Profissional</u>	<u>4</u>
<u>2</u>	<u>Alicate Universal 8 Pol. Isolado 1000V</u>	<u>4</u>
<u>3</u>	<u>BOLSA MALA DE FERRAMENTA TOOL CENTER 18 IRWIN – BOLSA LONA IRWIM STANDER 16 POL</u>	<u>4</u>
<u>4</u>	<u>Chanfrador De Placas Drywall</u>	<u>4</u>
<u>5</u>	<u>Espátula para Gesso/Drywall 10 Pol. com Cabo Emborrachado - VONDER-3592100250</u>	<u>4</u>
<u>6</u>	<u>Estilete Retrátil em Metal</u>	<u>4</u>
<u>7</u>	<u>jogo de Espátula Aço Gesso, Massa E Pinturas - 4 Peças (3,8cm/7,6cm/10,2cm/12,7cm)</u>	<u>4</u>
<u>8</u>	<u>Lixa De Placas Drywall com lamina</u>	<u>4</u>
<u>9</u>	<u>Serrote de Ponta com Cabo Emborrachado para Corte de Drywall 165mm 1974993</u>	<u>4</u>
<u>10</u>	<u>Tesoura Chapa Reto tipo Aviação Stanley</u>	<u>4</u>
<u>11</u>	<u>TRENA 5M STARRET</u>	<u>4</u>
<u>Bolsa de ferramentas – Oficial de Manutenção Predial</u>		
<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Quantidade</u>
<u>1</u>	<u>Alicate Universal 8 Pol. Isolado 1000V</u>	<u>1</u>
<u>2</u>	<u>BOLSA MALA DE FERRAMENTA TOOL CENTER 18 IRWIN – BOLSA LONA IRWIM STANDER 16 POL</u>	<u>1</u>
<u>3</u>	<u>Colher De Pedreiro Canto Redondo 8</u>	<u>1</u>

<u>4</u>	<u>Desempenadeira aco dentada at145</u>	<u>1</u>
<u>5</u>	<u>Desempenadeira Madeirite Naval</u>	<u>1</u>
<u>6</u>	<u>ESQUADRO CABO ALUMINIO 35CM 14"</u>	<u>1</u>
<u>7</u>	<u>Jogo de Chaves Fenda e Phillips com 5 Peças (4 Fenda: 3/16x4", 1/4x8", 3/16x6" e 1/4x6"; 1 Phillips: 1/4x6"PH2)</u>	<u>1</u>
<u>8</u>	<u>Jogo de espátula de aço inox cabo de madeira 10 cm ,15cm 20cm</u>	<u>1</u>
<u>9</u>	<u>LANTERNA TÁTICA MILITAR RECARREGÁVEL</u>	<u>1</u>
<u>10</u>	<u>LINHA DE NYLON</u>	<u>1</u>
<u>11</u>	<u>MARRETA 1,0 KG C CABO</u>	<u>1</u>
<u>12</u>	<u>MARTELO DE BORRACHA 40MM COM CABO DE MADEIRA</u>	<u>1</u>
<u>13</u>	<u>MARTELO UNHA CABEÇA 28MM COM CABO DE FIBRA</u>	<u>1</u>
<u>14</u>	<u>Nível de Alumínio 12 Pol.</u>	<u>1</u>
<u>15</u>	<u>PONTEIRO 3/4 X 1/2</u>	<u>1</u>
<u>16</u>	<u>PRUMO DE FACE 500GR</u>	<u>1</u>
<u>17</u>	<u>RISCADOR DE FÓRMICA</u>	<u>1</u>
<u>18</u>	<u>TALHADEIRA 3/4 X 1/2</u>	<u>1</u>
<u>19</u>	<u>Torques Armador Cid T 12</u>	<u>1</u>
<u>20</u>	<u>TRENA 5M STARRET</u>	<u>1</u>

5.18.4. Insumos administrativos, mínimos, a serem disponibilizados conforme tabela abaixo:

<u>INSUMO ADMINISTRATIVO</u>			

<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>QUANTIDADE</u> <u>MENSAL</u> <u>MÍNIMA</u>	<u>QUANTIDADE</u> <u>ANUAL</u> <u>MÍNIMA</u>
<u>1</u>	<u>ÁLCOOL EM GEL HIGIENIZANTE (500ML)</u>	4,00	48,00
<u>2</u>	<u>BORRACHA</u>	0,50	6,00
<u>3</u>	<u>CAIXA DE CLIPS GALVANIZADO TAMANHO 2/0 (100UN.)</u>	2,00	24,00
<u>4</u>	<u>CAIXA DE CLIPS GALVANIZADO TAMANHO 6/0 (212UN.)</u>	1,00	12,00
<u>5</u>	<u>CAIXA DE GRAMPOS 26/06 (1.000UN)</u>	0,50	6,00
<u>6</u>	<u>CANETA AZUL</u>	7,00	84,00
<u>7</u>	<u>CANETA PRETA</u>	7,00	84,00
<u>8</u>	<u>CANETA VERMELHA</u>	7,00	84,00
<u>9</u>	<u>CARTUCHO IMPRESSORA</u>	2,00	24,00
<u>10</u>	<u>CORRETIVO DE CANETA EM FITA</u>	0,50	6,00
<u>11</u>	<u>ENVELOPES PARDOS P/ FOLHA OFÍCIO (100UN.)</u>	0,10	1,20
<u>12</u>	<u>EXTRATOR DE GRAMPO</u>	0,30	3,60
<u>13</u>	<u>FITA TRANSPARENTE EMPACOTAMENTO 45X45 (GROSSA - 3M)</u>	2,00	24,00
<u>14</u>	<u>FITA TRANSPARENTE PQNA (FINA)</u>	2,00	24,00
<u>15</u>	<u>GRAFITE 0,9MM (Tubo com 12 unid.)</u>	2,00	24,00
<u>16</u>	<u>GRAMPEADOR</u>	0,50	6,00
<u>17</u>	<u>GRIFA TEXTO COR LARANJA</u>	2,00	24,00
<u>18</u>	<u>GRIFA TEXTO COR VERDE</u>	2,00	24,00

<u>19</u>	<u>INTERNET COM TELEFONIA FIXA ILIMITADA C/ MÍNIMO DE 2 RAMAIS (MÍNIMO 500MB)</u>	1,00	12,00
<u>20</u>	<u>LAPISEIRA 0,9MM</u>	0,60	7,20
<u>21</u>	<u>LICENÇAS SOFTWARES DE ENGENHARIA AUTODESK AEC COLLECTION (AUTOCAD / REVIT / CIVIL 3D / INFRAWORKS / 3DS MAX)</u>	7,00	60,00
<u>22</u>	<u>LICENÇAS MICROSOFT WINDOWS 365 BUSINESS PREMIUM</u>	9,00	108,00
<u>23</u>	<u>PACOTE C/ 100 SACOS PLÁSTICOS DE 4 FUROS, ESPESSURA 0,12MM</u>	0,20	2,40
<u>24</u>	<u>PACOTE DE ELÁSTICOS DE 1 KG</u>	0,20	2,40
<u>25</u>	<u>PACOTE DE POST IT 38MMX50MM (PEQUENO) – (PCT COM 4 BLOCOS DE 100 Fls.)</u>	2,00	24,00
<u>26</u>	<u>PACOTE DE POST IT 76MMX76MM (GRANDE) - (PCT COM 4 BLOCOS DE 100 Fls.)</u>	2,00	24,00
<u>27</u>	<u>PEN-DRIVE 64GB</u>	1,00	12,00
<u>28</u>	<u>PLANO DE CELULAR - TELEFONES DOS COLABORADORES DE MANUTENÇÃO</u>	14	168,00
<u>29</u>	<u>RÉGUAS 30 CM</u>	0,50	6,00
<u>30</u>	<u>RESMAS P/ A4 (500 FL.)</u>	3,00	36,00
<u>31</u>	<u>RESMAS P/ A3 (500 FL.)</u>	0,50	6,00
<u>32</u>	<u>SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE ATIVOS E MANUTENÇÃO</u>	1,00	12,00
<u>33</u>	<u>TESOURA DE 20CM</u>	0,30	3,60

5.18.5. A Contratada deverá entregar os insumos administrativos relacionados e na quantidade mínima elencada e os custos sobre estes insumos deverão ser considerados no ANEXO II - Planilha de Custos e Formação de Preços, no Módulo 6 — Custos Indiretos.

5.18.6. Qualquer outra ferramenta ou material necessário para execução do objeto, mesmo que não relacionado neste instrumento será de responsabilidade da empresa.

- 5.18.7. Os insumos para execução das manutenções preditivas e preventivas deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, conforme consta no Apêndice B — Planilha de Custos e Formação de Preços, nela estão previstos os insumos mínimos, com as especificações e descrições detalhadas, a serem fornecidos mensalmente.
- 5.18.8. Para execução das manutenções corretivas, preventivas ou reparos emergenciais nas instalações e benfeitorias do HNMD, os materiais e peças que se fizerem necessários e que não constem no Apêndice B — Planilha de Custos e Formação de Preços, a CONTRATADA disponibilizará de uma quantia mensal, para este fim, com o intuito de proporcionar agilidade e rapidez nas manutenções conforme item 3, do Grupo 01 (Tabela do subitem 1.1, deste Termo de Referência). Para aquisição desses materiais a empresa deverá realizar pesquisa de mercado conforme IN SEGES nº 65/2021. Os orçamentos deverão ser escaneados e colocados no software de gestão da manutenção e encaminhados para aprovação da Equipe de Fiscalização, e somente poderão ser adquiridos após aprovação da fiscalização. Na hipótese de aquisição de materiais para atendimento emergencial, estes deverão ser justificados pelo Eng.º Encarregado da Manutenção e Supervisores, sendo a justificativa entregue a Equipe de Fiscalização que apreciará e aceitará ou não a justificativa.
- 5.18.9. Fica estipulado o valor mínimo obrigatório mensal de R\$ 75.000,00 (sessenta mil reais), acrescido de BDI conforme proposta da licitante, a serem aplicados em, materiais, sobressalentes, acessórios ou serviços específicos ao perfeito funcionamento das instalações e benfeitorias do HNMD. Porém, somente será pago o que efetivamente for aplicado. Assim, a Contratada deverá apresentar e comprovar mensalmente os materiais, acessórios e serviços aplicados. Sobre o valor efetivamente adquirido, a Contratada aplicará seu BDI.
- 5.18.10. Na apresentação da proposta, a empresa deverá demonstrar os itens que compõem seu BDI para os respectivos materiais e serviços complementares e ANEXO IV— Modelo de Proposta Composição BDI para Licitante.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.19. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.19.1. As áreas de trabalho correspondem, aproximadamente, a 92.000 m² de área construída e 70.000 m² de área de terreno.
- 5.19.2. A Contratada manterá no HNMD, em regime de residência, 02 (dois) Engenheiro e 01 (UM) Arquiteto com vínculo empregatício comprovado com a Empresa e credenciado pelo CREA e CAU, respectivamente, que serão os responsáveis técnicos pela equipe e pela execução de todos os serviços especificados neste instrumento, devendo os mesmos providenciar a ART/RRT correspondentes.
- 5.19.3. A Contratada providenciará, com a quantidade de profissionais necessários, a prontificação imediata dos serviços solicitados.
- 5.19.4. Todo o ferramental, equipamentos e acessórios de apoio necessário à execução dos serviços especificados, serão de propriedade da Contratada e deverão estar disponíveis para uso imediato. No caso de falta de algum desses componentes, a Contratada o providenciará imediatamente, arcando com os custos decorrentes, tais como: aquisição, locação, transporte etc.
- 5.19.5. Os materiais empregados na execução dos serviços serão sempre de primeira qualidade e a Contratada deverá especificá-los detalhadamente, quanto às características, dimensões, fabricante, unidades, quantidades etc.
- 5.19.6. A Contratada deverá relacionar e identificar todo ferramental, equipamentos, acessórios ou qualquer outro material de sua propriedade.
- 5.19.7. Todos os funcionários da Contratada deverão trabalhar devidamente identificados, uniformizados e com equipamento individual de segurança completo.
- 5.19.8. A contratada deverá fornecer a todos os funcionários os devidos treinamentos, periódicos ou não, regulamentados pelos órgãos competentes (Normas regulamentadoras, treinamentos de prevenção e combate a incêndio, utilização de equipamentos de proteção individual, entre outros), necessários ao desempenho de suas obrigações funcionais elencadas neste termo de referência.
- 5.19.8.1. A contratada não poderá eximir-se de cumprir tarefas previstas na contratação em razão de ausência e/ou habilitação de mão de obra em treinamentos necessários para cumprimento de tais tarefas.
- 5.19.9. A fiscalização de todos os serviços será exercida pelo Departamento de Engenharia do HNMD, através da Divisão de Manutenção Predial.
- 5.19.10. A fiscalização reserva-se o direito de rejeitar serviços que não correspondam à qualidade exigida, ficando a Contratada na obrigação de aceitar as observações e atender aos reparos solicitados, arcando com os custos de material e mão de obra necessária à reposição.
- 5.19.11. A Contratada assumirá integral responsabilidade pela execução e eficiência dos serviços que executar, não sendo a presença da fiscalização do HNMD, durante a execução, motivo de diminuição de responsabilidade da

mesma.

5.19.12. Caberá exclusivamente à Contratada a responsabilidade total por qualquer acidente ocorrido durante a execução de qualquer serviço contratado, por uso indevido de patentes e por qualquer causa da destruição de serviços em execução, até a aceitação, em definitivo, dos mesmos pelo HNMD, bem como as indenizações que possam vir a ser devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.

5.19.13. A Contratada é obrigada a retirar do HNMD qualquer dos seus empregados ou subordinados que, a critério da fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

5.19.14. A Contratada é responsável pelo cumprimento dos dispositivos legais de âmbito federal, estadual e municipal.

5.19.15. Em virtude de se tratar de serviços a serem executados no âmbito de uma organização militar a Contratada estará sujeita a disciplina e regulamentos impostos pela autoridade local.

5.19.16. Em virtude de se tratar de uma unidade hospitalar, todos os serviços deverão ser executados de forma que venham a produzir o mínimo possível de ruído e poeira e os locais de trabalho deverão ser sinalizados e isolados devidamente.

5.19.17. Fica estabelecido para todos os efeitos legais que não há vínculo empregatício entre o HNMD e os funcionários designados pela contratada para execução dos serviços contratados. A Contratada será a única responsável por qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, fiscal e comercial e igualmente pelos acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços, bem como todos os encargos legais vigentes.

5.19.18. A Contratada proporcionará à fiscalização total liberdade para o exercício de suas funções, devendo atender, de imediato, as exigências por ela impostas ou, se vier a discordar, interpor recurso junto à administração do HNMD.

5.19.19. A Contratada deverá retirar do HNMD todo lixo, restos de materiais e entulhos oriundos dos serviços que executar, de forma imediata. Esses materiais só poderão ser transportados devidamente embalados e em veículos devidamente tampados e não produtores de ruídos.

5.19.20. O HNMD colocará à disposição da Contratada área para a instalação de sua central de serviços, devendo a mesma se responsabilizar por sua conservação e manutenção.

5.19.21. A Contratada deverá registrar todos os serviços a ela solicitados, através do software de gestão de manutenção e por meio eletrônico e entregar até o quinto dia útil do mês subsequente, à fiscalização, relatório contendo no mínimo os seguintes itens:

5.19.21.1. Relação dos serviços solicitados no mês anterior;

5.19.21.2. Relação dos serviços executados no mês anterior com as quantidades de materiais e homens/horas empregadas em cada um;

5.19.21.3. Relação de serviços não executados no mês anterior por falta de material;

5.19.21.4. Relação de serviços não executados no mês anterior por falta de mão de obra; e

5.19.21.5. Planilha com gráficos e tabelas com o demonstrativo do quantitativo dos dados acima mencionados no mês, ao longo dos meses no ano corrente e ao final de cada ano.

5.19.22. A Contratada deverá apresentar semanalmente planilha atualizada com a programação de serviços proposta para a semana seguinte e para o mês, através do software de gestão da manutenção e por meio eletrônico.

5.19.23. A Contratada deverá apresentar relação detalhada de todo o material para atendimento das necessidades e de serviços no período de um ano, bem como as necessidades de estoque mínimo para atendimento em cada mês.

5.19.24. A Contratada deverá disponibilizar um computador de configuração atual com impressora e programa para controle do gerenciamento dos relatórios, relação de material e execução dos serviços pertinentes, para manuseio do software para descarregar e armazenar as informações coletadas em campo.

5.19.25. A Contratada instalará relógio de ponto para controle do pessoal.

Prestação de Serviços Complementares

5.20. Os serviços complementares elencados no Apêndice C fazem parte das rotinas programadas de manutenção ou delas decorrem diretamente e deverão ser realizados por profissionais ou empresas especializadas. São classificados em dois tipos de serviços:

5.20.1. Serviços complementares programados: Envolvem demandas contínuas e/ou periódicas e por isso podem ser planejados.

5.20.2. Serviços complementares sob demanda: Envolvem serviços, os quais pelo histórico dos contratos anteriores, são necessários porém, não se pode prever com extrema exatidão sua ocorrência, envolvem, portanto, necessidades específicas, pontuais e extraordinárias, cujo surgimento não se pode prever, sendo fornecidos mediante necessidade do Hospital, podendo ocorrer de forma emergencial, inclusive fora dos horários das equipes de

manutenção previstas.

5.21. Em razão do maior grau de especialização, é permitida a subcontratação dos serviços complementares, conforme elencado no subitem 4.9 do Termo de Referência.

5.21.1. Especificamente relativo a eventual subcontratação dos serviços complementares de “consultoria técnica em projetos/laudos/análises de instalações de redes hidrossanitárias, águas pluviais, estruturas de concreto armado e metálicas, sob demanda” e “contratação de consultoria técnica especializada em levantamento de arquitetura (as built) em software BIM”, somente serão autorizadas caso a empresa subcontratada apresente profissionais em seu quadro, respectivamente, com as seguintes qualificações:

5.21.1.1. Engenheiro (a) Civil com experiência em projetos de redes hidrossanitárias, estruturas de concreto armado e metálicas, comprovado através da apresentação de CAT.

5.21.1.2. Arquiteto (a) com experiência em utilização do software BIM e certificação em treinamento BIM - Building Information Modeling, comprovado através da apresentação de CAT.

5.22. A estimativa dos custos referenciais dos Serviços complementares encontra-se no Apêndice C deste Termo de Referência.

5.23. Os serviços elencados no supracitado Apêndice não se confundem com as atividades de rotina, já descritas neste documento, mas sim atender de forma acessória essas atividades previstas na contratação.

5.24. Tais atividades suplementares possuem o viés de trazer maior agilidade na execução das atividades primárias da contratação, uma vez que se não fossem previstas acarretariam descontinuidade da manutenção por falta de subsídios de informação, análises preditivas, transporte ou mesmo mão de obra altamente especializada.

5.25. Os serviços elencados no Apêndice C serão utilizados de acordo com a programação estimada ou sob demanda, devidamente comprovada, da Contratante para subsidiar as demais atividades contratuais.

5.25.1. Os serviços só poderão ser executados após prévia autorização da fiscalização Técnica contratual.

5.25.2. Os custos dos serviços complementares autorizados pela fiscalização deverão ser faturados após a execução do serviço, no mesmo período, seguindo os mesmos trâmites de faturamento do serviço fixo mensal.

Especificação da Garantia do Serviço

5.26. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

OU

5.26.1. 5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo _____ (____) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Uniformes

5.27. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.27.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

~~5.27.2. [...]~~

5.27.3. [...] (....) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de (.....) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.27.4. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

~~5.27.5. [...],~~

~~5.27.6. [...].~~

5.27.7. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, garantindo uma vida útil de no mínimo um ano.

5.27.8. A empresa deverá providenciar uniformes em cores diferentes, conforme distribuição das equipes demonstrada no Apêndice H – Organograma funcional Manutenção Predial.

5.27.9. A empresa deverá:

5.27.9.1. Fornecer dois conjuntos de uniformes aos seus empregados simultaneamente ao início da execução do contrato.

5.27.9.2. Apresentar, no primeiro mês de execução do contrato, estratégia de fornecimento dos uniformes, que será avaliada pelo fiscal do contrato e deverá ser adequada aos serviços que compõem o objeto e a durabilidade requisitada dos mesmos.

- 5.27.10. A previsão do quantitativo e especificações dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Proteção Coletivos (EPC's) encontram-se previstos na Planilha de Formação de Custo, entretanto entende a Licitante como extremamente especialista nos serviços do objeto deste Termo de Referência, sendo sua obrigação o preenchimento dos itens mínimos e correções que se fizerem necessárias, devendo fazer parte de sua proposta.
- 5.27.11. As estimativas utilizadas não eximem a contratada de atender as legislações e normas em vigor.
- 5.27.12. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;
- 5.27.13. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

~~5.28. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas [...];~~

~~5.29. 5.10.1 ...~~

~~5.30. 5.10.2~~

~~5.31. 5.10.3 ...~~

~~OT~~

5.32. **Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.**

5.33. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, histórico de Ordens de serviços atendidas, materiais gastos, podendo-se exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto[A2]

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período **8 (oito) horas** mensais no mínimo e sempre que sua presença se fizer necessária para resolução de situações emergenciais.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.9. **As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.**

6.10. **O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.**

Rotinas de Fiscalização

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A3]

Fiscalização Técnica

6.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

~~6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:~~

~~6.16.1. [...];~~

~~6.16.2. [...]; e~~

~~6.16.3. [...].~~

6.16.1 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.16.2 A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e Fórmula de Medição da Fatura, conforme previsto no Apêndice E ou outros recursos para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.16.3. Verificação dos benefícios e direitos dos colaboradores por amostragem;

6.16.4. Verificação da qualidade dos serviços executados tanto in loco quanto pelo software de gestão;

6.16.5. Verificação dos materiais e peças adquiridos de forma qualitativa e quantitativa e suas respectivas notas fiscais;

6.16.6. Verificação dos horários e folhas de pontos dos colaboradores de dedicação exclusiva;

6.16.7. Verificação dos procedimentos de segurança do trabalho dos Responsáveis Técnicos e gestores do contrato;

6.16.8. Verificação da utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) pelos colaboradores;

6.16.9. Ente outros que se fizerem necessários para garantir a conformidade na execução do objeto;

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.[A4]

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.33.1. [...]

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando[A5] -se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.1.2.3. *Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e*

6.35.1.2.4. *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).*

6.35.1.3. *entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:*

6.35.1.3.1. *extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;*

6.35.1.3.2. *cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;*

6.35.1.3.3. *cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;*

6.35.1.3.4. *comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;*

6.35.1.3.5. *comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e*

6.35.1.3.6. *documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974[A6] .*

— ~~ou~~

~~6.35.1.3.7. documentos comprobatórios de que o capital social mínimo integralizado atende ao disposto no art. 14 da Lei nº 14.967/2024[A7].~~

6.35.1.4. *entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:*

6.35.1.4.1. *termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;*

6.35.1.4.2. *guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;*

6.35.1.4.3. *extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;*

6.35.1.4.4. *exames médicos demissionais dos empregados dispensados.*

6.36. *Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.*

6.37. *A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.*

6.38. *A cada período de 12 meses[A8] de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.*

6.39. *O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.*

6.40. *Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.*

6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.42. No caso de sociedades diversas[A9] , tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.57.1. *diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e*

6.57.2. *necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.*[A10]

6.58. *As compensações de jornada limitam-se:*

6.58.1. *à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e*

6.58.2. *ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.*

6.59. *A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.*

Gestor do Contrato

6.60. Cabe ao gestor do contrato:

6.60.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.60.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.60.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.60.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.60.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.60.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.60.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.60.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.60.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.60.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A11]

6.61. *Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).*

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e Fórmula de Medição da Fatura, conforme previsto no Apêndice E ou outros instrumentos que a fiscalização considerar mais eficientes para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição[A3] da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. A Contratada deverá disponibilizar qualquer informação necessária para efetiva medição pela Equipe de Fiscalização do HNMD, devendo atender prontamente a qualquer dúvida/questionamento dessa.

7.4.2. Para medição dos serviços prestados, será realizada reunião mensal junto com o preposto e/ou representante da contratada.

7.4.3. Na reunião mensal de medição a contratada deverá entregar o Relatório Mensal de Manutenção devidamente rubricado em todas as páginas e assinado em campo específico pelos responsáveis técnicos do contrato. Tal relatório deverá possuir no mínimo os requisitos do Relatório de Manutenção;

7.4.4. As horas de faltas, atrasos, dispensas médicas, e outras correlatas serão glosadas utilizando o método de cálculo do Apêndice B - Planilha de Custos e Formação de Preços, na formação de custo do respectivo funcionário com horas faltando;

7.4.5. Para a medição dos serviços, conforme item 5.17.8 deste Termo de Referência, será pago aqueles que deram entrada nas dependências do HNMD, caso verificado pela Equipe de Fiscalização nos períodos subsequentes que o material foi solicitado /aplicado errado pela CONTRATADA, será glosado da fatura. A metodologia de cálculo para o valor de material, será:

$$R.M. = V.M. \times (1 + B.D.I._{dif.})$$

Onde:

- R.M. - Valor medido para Ressarcimento do Material;

- V.M.- Valor medido de materiais entregues nas dependências do HNMD no mês; e

- B.D.I._{dif.} - Benefícios e Despesas Indiretas diferenciado para materiais pactuados no contrato;

~~7.4.2. [...], e~~

~~7.4.3. [...].~~

7.4.6. Após a medição deverá ser preenchido o Apêndice G - Formulário de Medicao, para emissão da fatura pela CONTRATADA.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.[A4]

~~7.5.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.~~

~~7.5.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.~~

~~7.5.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.~~

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis

7.10.1 Para medição mensal dos serviços prestados, a CONTRATADA deverá apresentar relatório de manutenção ratificado pelo Representante e/ou Prepostos junto com os Responsáveis Técnicos do contrato. Deverão constar no relatório no mínimo os seguintes itens:

7.10.2. Anexar lista resumo das manutenções corretivas realizadas no mês e o custo alocado em cada (mão de obra e material);

7.10.3. Anexar lista resumo das manutenções corretivas em aberto com sua descrição e resumo de status;

7.10.4. Detalhar os serviços emergenciais executados;

7.10.5. Relatório resumido de presença, faltas e atrasos dos funcionários e horas disponíveis no mês;

7.10.6. Saldo do valor gasto de materiais e peças contratuais e o valor gasto no mês corrente;

7.10.7. Balanço resumido de estoque de materiais: saídas no mês, entradas e saldo inicial do mês e saldo final;

7.10.8. Imagens fotográficas dos principais serviços executados; e

7.10.9. Outras informações relevantes.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A6]

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento sório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A7]

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.21. Para fins de cumprimento do disposto acima, a CONTRATADA deverá apresentar ainda relatório pelo Representante e/ou Preposto, que deverão constar no mínimo os seguintes itens:

7.21.1. Relatório resumido de presença, faltas e atrasos dos funcionários;

7.21.2. Comprovantes de quitação dos benefícios trabalhistas de todos os funcionários; e

7.21.3. Outras informações relevantes.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA– Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - de correção monetária

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A9]

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~Antecipação de pagamento[A10]~~

~~7.38. A presente contratação permite a antecipação de pagamento [parcial] OU [total], conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.39. O Contratado emitirá [recibo] OU [nota fiscal] OU [fatura] OU [documento idôneo] correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ X.XXX,XX (valor em extenso), tão logo [incluir condicionante – ex. seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.], para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.40. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.40.1. R\$ X.XXX,XX (valor em extenso) quando do início da segunda etapa;~~

~~7.40.2 (...)[A11].~~

~~7.41. Fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.41.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.~~

~~7.41.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do [especificar o índice de correção monetária a ser adotado], ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.[A12]~~

~~7.42. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.43. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até **XX (xxxx)** dias, contados do recebimento do [recibo] **OU** [nota fiscal] **OU** [fatura] **OU** [documento idôneo].~~

~~7.44. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.45. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:~~

~~7.45.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente,[A13]~~

~~7.45.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de **XX%** (**xxxx** por cento).[A14] [A15]~~

~~7.46. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Repactuação[A16]

7.47. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.48. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado[A17] :

7.48.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.48.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.49. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.49.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.50. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, Observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.51. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.52. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.53. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.54. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.54.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.54.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja[A18] diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.55. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.55.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.55.1. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.55.2. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.56. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **[indicar o índice a ser adotado]**, com base na seguinte fórmula[A19] :

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.57. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.58. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.59. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.60. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.61. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.62. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.63. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.64. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.65. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.66. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.67. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.68. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **[indicar o prazo]**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.69. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.70. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.71. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.72. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.73. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita[A20] no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.74. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.74.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento[A21] .

OU

Reajuste[A22]

7.5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado [A23] da data do orçamento estimado, em [DD/MM/AAAA[A24]].

OU

~~7.76. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês MM do ano de AAAA] OU [datadas de DD/MM/AAAA]. [A25]~~

7.77. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA– Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - de correção monetária.] , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.78. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.79. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.80. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.81. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.82. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.83. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito[A27]

7.84. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A28]

7.84.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.84.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se

condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.84.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.84.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado. [A29]

7.85. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A30]

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

~~Conta[A31]-Depósito Vinculada~~

~~7.86. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.~~

~~7.87. Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade do Contratado e correspondem ao valor estimado de R\$ X.XXX, XX (valor em extenso), por mês, podendo ser contemplados na proposta do interessado e devendo ser debitados dos valores depositados.~~

~~ou~~

~~7.88. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.~~

~~7.89. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.~~

~~7.90. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.. por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.~~

~~7.91. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.~~

~~7.92. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:~~

~~7.92.1. 13º (décimo terceiro) salário;~~

~~7.92.2. Férias e um terço constitucional de férias;~~

~~7.92.3. Multa sobre o FGTS, e~~

~~7.92.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.~~

~~7.93. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.~~

~~7.94. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.~~

~~7.95. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.~~

~~7.96. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.~~

~~7.97. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.~~

~~7.98. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.~~

~~7.99. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.~~

~~7.100. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n.º 05/2017.~~

ou

Pagamento [A32] pelo fato gerador

7.101. No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, o Contratante adotará os seguintes procedimentos:

7.102. Serão objeto de pagamento mensal ao Contratado o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo VII-D da IN SEGES/MP n.º 5/2017:

1. Módulo 1: Composição da Remuneração;
2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;
3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;
4. Submódulo 4.2: Substituto na Intrajornada;
5. Módulo 5: Insumos; e
6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.

7.103. Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao contratado, devendo ser pagos pela Administração ao contratado somente na ocorrência do seu fato gerador;

7.103.1. As verbas discriminadas na forma da alínea "b" acima somente serão liberadas nas seguintes condições:

7.103.1.1. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

7.103.1.2. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

7.103.1.2. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;

7.103.1.2. pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e

7.103.1.2. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

7.103.1.2. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados na alínea "b" acima não gera direito adquirido para o contratado das referidas verbas ao final da vigência do Contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no Contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

~~8.2.4. Multa:~~

~~8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de XX% (xxxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de XX (xxxxx) dias.[A1] [A2]~~

~~8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.[A3]~~

~~8.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.~~

~~8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de XX% (xxxxx por cento) a[A4] XX% (xxxxx por cento) do valor da contratação.~~

~~8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de XX% (xxxxx por cento) a XX% (xxxxx por cento) do valor da contratação.~~

~~8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de XX% (xxxxx por cento) a XX% (xxxxx por cento) do valor da contratação.~~

~~8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de XX% (xxxxx por cento) a XX% (xxxxx por cento) do valor da contratação.~~

~~8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de XX% (xxxxx por cento) a XX% (xxxxx por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]~~

~~8.2.4.7.1. [INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA];~~

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

9.1.1. O critério de aceitabilidade de preços será o menor valor global.

9.1.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

~~OU~~

~~9.2. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado]~~

Regime de Execução[A2]

~~9.3. O regime de execução do objeto será de [empreitada por preço global] OU [empreitada por preço unitário] OU [empreitada integral] OU [contratação por tarefa] OU [contratação integrada] OU [contratação semi-integrada] OU [fornecimento e prestação de serviço associado].[A3]~~

9.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, com sua execução disciplinada neste instrumento.

~~Critérios de aceitabilidade de preços~~

~~9.4. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação:~~

~~9.4.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.[A4]~~

~~9.5. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: (...)~~

~~9.5.1. valor global, conforme valor estimado da contratação;~~

~~9.5.2. custos unitários relevantes. itens...[A5]~~

~~9.6. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no(a) (Acordo Coletivo de Trabalho OU Convenção Coletiva de Trabalho OU Dissídio Coletivo) nº XXXXX, utilizado (a) como paradigma[A6]:~~

~~a) salário-base e adicionais, no valor de R\$,~~

~~b) auxílio-alimentação, no valor de R\$; e~~

~~c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:~~

~~i), no valor de R\$~~

~~ii), no valor de R\$..... (especificar os benefícios e valores):~~

9.6.1 Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.6.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.6.3. Os valores orçados pela Administração constam [da planilha / do Anexo...].

~~9.7. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A7].~~

~~9.7.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital ou tabela constante no item XXXXXX deste Termo de Referência.~~

Exigências[A8] de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. ~~Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]~~

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

~~9.18. Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº[A11]~~

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

~~9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;~~

~~9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;~~

9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.32. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação[A17] ;

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

~~9.35. O atendimento[A18] dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.~~

~~9.36. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo XXX deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos[A19] -~~

~~9.36.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social, e~~

~~9.36.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.~~

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica[A20]

9.38. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.38.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.39. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, **CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência**, comprovando o registro e situação regular da empresa;

~~9.39.1. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*~~

~~9.40. *Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei [A22]*~~

Referente aos serviços com mão de Obra exclusiva

9.40.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.40.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.40.1.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

9.40.1.1.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.40.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

9.40.1.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.40.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.40.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.40.1.6. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório na cidade ou na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato.

9.40.1.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.40.1.8. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Referente aos serviços de Engenharia

Qualificação Técnico-Operacional

~~9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso[A23] .~~

9.41. Comprovação da aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação. A empresa deverá comprovar os requisitos a partir de **atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes**. Os atestados acima citados **deverão ser acompanhados das respectivas CAT's (Certidão de Acervo Técnico dos profissionais)** que à época da execução dos serviços, atuaram como RT's (Responsáveis Técnicos) da Licitante.

9.41.1. **Para comprovação de capacidade técnico-operacional que já executou contrato de serviço de mão de obra exclusiva com gestão de mão de obra:** a licitante deverá comprovar que a empresa geriu Mão de obra para execução de atividades de **manutenção predial preventiva e corretiva, incluindo reparos e recomposições de edificações HOSPITALARES, em área construída não inferior a 46.000 m² (50% da área construída do HNMD)**, por período **não inferior a 24 (vinte e quatro) meses**, com pelo menos, **42 (quarenta e dois) postos de trabalho (Aprox. 50% do estimado neste termo de referência)**.

9.41.2. Para fins de comprovação do item acima, o atestado deverá demonstrar a utilização de, no mínimo, **05 profissionais (de distintos CBO's) da equipe técnica listada no item 05 deste Termo de Referência**, e **obrigatoriamente a comprovação de utilização das seguintes funções: Engenheiro Civil, Arquiteto e equipe plantonista em escala de trabalho 12 x 36 horas ininterrupta**.

9.41.3 Para comprovação de capacidade técnico-operacional em manutenção predial: a licitante deverá comprovar ter prestado serviços de Revitalização, Manutenção Predial, preventiva e corretiva, incluindo reparos e recomposições, com fornecimento de materiais e peças sobressalentes, compreendendo serviços em:

9.41.3.1. Instalação, substituição e fechamento em gesso acartonado placas simétricas; Alteração de layout com divisórias drywall e relocação incluindo suas estruturas metálicas e ferragens de portas;

9.41.3.2. Instalação, substituição e revitalização de pisos cerâmicos, vinílicos e melamínicos;

9.41.3.3. Revitalização e substituição de rodapés em madeira;

9.41.3.4. Restauração, substituição, remoção e reconstrução de pavimentação de concreto com juntas, blocos de concreto, paralelepípedos, asfáltico;

9.41.3.5. Restauração de fundações de estruturas de concreto e metálica, com realização de tratamento feito com limpeza em jato de areia com recomposição dos revestimentos oxidantes e reforço estrutural;

9.41.3.6. Restauração, substituição e instalação de elementos da cobertura como rufos, cumeeiras, calhas, ralos, bem como suas estruturas sendo elas metálicas ou em madeira de telhados e tratamento (impermeabilizações) com aplicação ou reparos em estruturas rígidas ou semi-flexíveis;

9.41.3.7. Sistema hidrossanitário em instalações de água fria e água quente, incluindo sistemas de esgoto sanitário e fossas sépticas, incêndio, águas pluviais e potável;

9.41.3.8. Revitalização, substituição e instalação de louças: pias, vasos sanitários, mictórios, chuveiros, torneiras, descargas, reparos, juntas, misturadores, dentre outros;

9.41.3.9. Revitalização da pintura de superfícies, tais como: alvenaria, esquadrias (ferro e madeira), peças estruturais, aplicação de verniz, lixamento, calafetagem e polimento;

9.41.3.10. Revitalização e substituição de acessórios, incluindo barriletes, bóias, suspiros, válvulas de pressão, válvula de retenção, válvula gaveta, válvula esfera, bem como reparo das bombas de sucção e recalque;

9.41.3.10.1. Utilização de Software específico e apropriado para gerenciamento e controle das atividades de operação e manutenção preventiva e corretiva de instalações prediais, que disponibilize relatório mensal com todas as informações e gráficos relativos aos trabalhos e procedimentos desenvolvidos e emitir QR-CODE para impressão e aplicação/identificação in loco dos equipamentos/instalações;

9.41.3.10.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.41.3.10.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o

somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

9.41.3.10.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.41.3.10.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.3.10.6. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da Contratante e local em que foram executados os serviços de engenharia.

9.41.3.10.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

~~9.41.4.. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de XXX (XXX) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes; [A25]~~

~~9.41.4.1 contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, [OU] contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo, no mínimo, número de postos de trabalho equivalente ao da contratação;~~

~~9.41.4.2. [INSERIR, SE FOR O CASO, OUTRAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS SERVIÇOS A SEREM COMPROVADAS POR MEIO DOS ATESTADOS]~~

9.41.4.3. [A26] Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.[A27]

9.41.3.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.3.2. O fornecedor disponibilizará [A28] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.3.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

~~9.42. Declaração de que[A29] o fornecedor possui ou instalará escritório no município de, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.~~

~~9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.~~

~~9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.~~

Qualificação Técnico-Profissional[A30]

~~9.45. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):~~

~~9.45.1. Para o (indicar o profissional): serviços de: (...)~~

~~9.45.2. Para o (indicar o profissional): serviços de (...)~~

~~9.45.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração[A31] (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)~~

~~9.46. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo XXXX.~~

9.45. Comprovação da Capacitação Técnico-Profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) ou membros da equipe técnica com mais senioridade em cada especialidade, que participarão da execução do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme disposto a saber:

9.45.1. Para comprovação de capacidade técnico-profissional em manutenção das instalações prediais: a licitante deverá apresentar **02 Engenheiros (as) Civil com experiência mínima de 1 (um) ano em Gestão da Manutenção em Instalações Prediais Hospitalares com área construída mínima de 40.000 m² ou experiência mínima de 2 (dois) anos em Gestão de Manutenção em Instalações Prediais com área construída mínima de 20.000 m² a partir de Certidão de Acervo Técnico (CAT), ou ainda de 2 (dois) anos em Gestão de Obras com área construída mínima de 10.000 m², e com certificação em treinamento BIM – Building Information Modeling.**

9.45.2. Para comprovação de capacidade técnico-profissional em manutenção das instalações prediais: a licitante deverá apresentar **Arquiteto(a) com experiência em Projetos Arquitetônicos em Instalações Prediais em áreas hospitalares** comprovado a partir de Certidão de Acervo Técnico (CAT), e com certificação em treinamento BIM – Building Information Modeling.

9.45.3. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social: o administrador ou o diretor; o empregado, devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso a licitante se sagre vencedor desta licitação ratificado pelo profissional apresentado.

9.45.4. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.46. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da Contratante e local em que foram executados os serviços de engenharia.

9.47. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.48. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. [A32]

Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

~~Documentação complementar para cooperativas~~

~~9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:~~

~~9.54.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;~~

~~9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;~~

~~9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;~~

~~9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;~~

~~9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;~~

~~9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:~~

~~9.54.6.1. ata de fundação;~~

~~9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;~~

~~9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;~~

~~9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;~~

~~9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;~~

~~9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e~~

~~9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A33].~~

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação é o indicado na tabela do item 1 deste Termo de Referência, R\$ 11.676.272,40 (onze milhões, seiscentos e setenta e seis mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos no Apêndice D – Planilha de Preços Consolidada

~~{A3}-OU~~

~~10.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. {A4}~~

~~10.2.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.~~

~~10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.{A5}~~

~~10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:~~

~~10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;~~

~~10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou~~

~~10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.~~

10.5. Tal valor foi obtido a partir dos Apêndices B - Planilha de Custos e Formação de Preços e Apêndice C - Planilha de Serviços Complementares o qual segue os ditames da IN 05/2017 (em especial o Anexo VII-D) e IN 65/2021.

10.5.1. Para a formação dos custos relativos aos serviços complementares, e insumos/Uniformes/materiais /equipamentos, conforme anexos já referenciados, foram observados os critérios da IN 65/2021, tendo sido priorizado, quando possível, os parâmetros dos incisos I e II (painel para consulta de preços do PNCP e contratações similares) da referida IN.

10.6. Para a composição de custos da mão de obra observou-se os critérios estabelecido no Anexo VII-D da IN 05-2017 para formação dos custos de mão de obra, sendo assim, deverá ser adotado como referência o salário-base fixado pelas Convenções Coletivas em vigor, sugerindo-se os seguintes sindicatos:

10.7. Engenheiros e Arquitetos: Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2026, RJ001028/2025

10.9. Demais cargos: CCT 2025/2027 Número de Registro no MTE: RJ002486/2025 do SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINDUSCON-RIO; CNPJ Nº 33.912.502/0001-48;

<u>Descrição dos Postos</u>	<u>CBO</u>	<u>CCT</u>	<u>Posto Equivalente</u>	<u>Piso (R\$)</u>	<u>Jornada</u>	<u>Carga Horária (semanal)</u>

<u>Engenheiro Civil</u>	<u>2142-05</u>	<u>CCT 2024</u> <u>/2026</u> <u>RJ001028</u> <u>/2025</u>	<u>Engenheiro Civil</u>	<u>11.654,94</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>Arquiteto</u>	<u>2142-05</u>	<u>CCT 2024</u> <u>/2026</u> <u>RJ001028</u> <u>/2025</u>	<u>Arquiteto</u>	<u>11.654,94</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>Encarregado Administrativo</u>	<u>4101-05</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>Encarregado Administrativo</u>	<u>4.884,00</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>Auxiliar Administrativo</u>	<u>4110-10</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>Auxiliar Administrativo de compras</u>	<u>2.687,35</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>Supervisor de Hidráulica</u>	<u>7102-05</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>Encarregado de Obra</u>	<u>4.884,00</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>Mestre de obras</u>	<u>7102-05</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>Encarregado de Obra</u>	<u>6.705,60</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>Bombeiro Hidráulico dia</u>	<u>7241-10</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>Bombeiro Hidráulico</u>	<u>2.934,80</u>	<u>Plantonista</u>	<u>12x36</u>
<u>Bombeiro Hidráulico noite</u>	<u>7241-10</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>Bombeiro Hidráulico</u>	<u>2.934,80</u>	<u>Plantonista</u>	<u>12x36</u>
<u>1/2 Oficial de Bombeiro dia</u>	<u>7241-10</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>1/2 Oficial de Manutenção Predial</u>	<u>1.621,40</u>	<u>Plantonista</u>	<u>12x36</u>

<u>1/2 Oficial de Bombeiro noite</u>	<u>7241-10</u>	<u>CCT 2025 /2027</u> <u>RJ002486 /2025</u>	<u>1/2 Oficial de Manutenção Predial</u>	<u>1.621,40</u>	<u>Plantonista</u>	<u>12x36</u>
<u>Bombeiro Hidráulico</u>	<u>7241-10</u>	<u>CCT 2025 /2027</u> <u>RJ002486 /2025</u>	<u>Bombeiro Hidráulico</u>	<u>2.934,80</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>Bombeiro Hidráulico</u>	<u>7241-10</u>	<u>CCT 2025 /2027</u> <u>RJ002486 /2025</u>	<u>Bombeiro Hidráulico</u>	<u>2.934,80</u>	<u>Equipe Amarela</u>	<u>44 horas</u>
<u>1/2 Oficial de Bombeiro</u>	<u>7241-10</u>	<u>CCT 2025 /2027</u> <u>RJ002486 /2025</u>	<u>1/2 Oficial de Manutenção Predial</u>	<u>1.621,40</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>1/2 Oficial de Bombeiro</u>	<u>7241-10</u>	<u>CCT 2025 /2027</u> <u>RJ002486 /2025</u>	<u>1/2 Oficial de Manutenção Predial</u>	<u>1.621,40</u>	<u>Equipe Amarela</u>	<u>44 horas</u>
<u>Gesseiro</u>	<u>7164-05</u>	<u>CCT 2025 /2027</u> <u>RJ002486 /2025</u>	<u>Gesseiro de Manutenção predial</u>	<u>2.446,40</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>Ladrilheiro</u>	<u>7165-10</u>	<u>CCT 2025 /2027</u> <u>RJ002486 /2025</u>	<u>Pastilheiro de Manutenção</u>	<u>2.446,40</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>Pedreiro</u>	<u>7152-10</u>	<u>CCT 2025 /2027</u> <u>RJ002486 /2025</u>	<u>Pedreiro</u>	<u>2.446,40</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>Ajudante de Pedreiro</u>	<u>7171-20</u>	<u>CCT 2025 /2027</u> <u>RJ002486 /2025</u>	<u>Servente de Manutenção Predial</u>	<u>1.603,80</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>

<u>Ajudante de Pedreiro</u>	<u>7171-20</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>Servente de Manutenção Predial</u>	<u>1.603,80</u>	<u>Equipe Amarela</u>	<u>44 horas</u>
<u>Pintor</u>	<u>7166-10</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>Pintor de Manutenção Predial</u>	<u>2.219,80</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>Pintor</u>	<u>7166-10</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>Pintor de Manutenção Predial</u>	<u>2.446,40</u>	<u>Equipe Amarela</u>	<u>44 horas</u>
<u>1/2 Oficial de Pintor</u>	<u>7166-10</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>1/2 Oficial de Manutenção Predial</u>	<u>1.621,40</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>Soldador</u>	<u>7243-15</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>Soldador de Manutenção Predial</u>	<u>2.622,40</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>Serralheiro</u>	<u>7244-40</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>Serralheiro de Manutenção Predial</u>	<u>2.446,40</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>Marceneiro</u>	<u>7711-05</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>Serralheiro de Manutenção Predial</u>	<u>2.446,40</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
<u>1/2 Oficial de Marceneiro</u>	<u>7711-05</u>	<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u> <u>RJ002486</u> <u>/2025</u>	<u>1/2 Oficial de Manutenção Predial</u>	<u>1.711,60</u>	<u>Normal</u>	<u>44 horas</u>
		<u>CCT 2025</u> <u>/2027</u>		<u>2.118,60</u>		<u>44 horas</u>

<u>Oficial de Manutenção Predial</u>	<u>5143- 10</u>	<u>RJ002486 /2025</u>	<u>Auxiliar de Manutenção Predial</u>		<u>Equipe Amarela</u>	
--	---------------------	---------------------------	---	--	---------------------------	--

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 0001/765720;
- II) Fonte de recursos:1000000000;
- III) Programa de trabalho: 216838;
- IV) Elemento de despesa: 339039; e
- V) Plano interno: B406MN002C1

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]

ou

~~11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2].~~

Apêndices:

- **Apêndice A – Estudo Técnico Preliminar;**
- **Apêndice B – Planilha de Custos e Formação de Preços;**
- **Apêndice C – MODELO PLANILHA CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**
- **Apêndice D – Planilha de Preços consolidada;**
- **Apêndice E – Instrumento de Medição do Resultado;**
- **Apêndice F – Composição do BDI estimado HNMD;**
- **Apêndice G – Formulário de Medição;**
- **Apêndice H – Organograma funcional da Manutenção Predial**
- **Apêndice I - Laudo de Insalubridade e periculosidade; e**
- **Apêndice J - Relatório de Itens Licitados_rev01.**

Ato de aprovação.

Em cumprimento ao disposto no inciso II e § 1º, do art. 9º, do Decreto nº 5.450/2005, aprovo o Termo de Referência, diante do exposto, restrito aos aspectos legais e formais do processo, entendendo pelo prosseguimento do mesmo.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].[A1]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo VI).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- ~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.[A1]~~

ou

- 2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado[A2] , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.4.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.4.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).[A3]

2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

ou

~~2.9. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A4].~~

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A5]

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A6]

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis. [A7]

3.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.* [A8]

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

~~3.1.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:~~

~~3.1.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;~~

~~3.1.15.2 comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;~~

~~3.1.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;~~

~~3.1.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura, e~~

~~3.1.15.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;~~

~~3.1.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;~~

3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO [A9]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A11]

4.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

- 4.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A12]
- 4.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.28. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));*
- 4.28.1. *O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[A13] .*
- 4.29. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*
- 4.30. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.[A14]*
- 4.30.1. *Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.*
- 4.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.40. *Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.*[A15]

4.41. *Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.*

~~4.42. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.~~

4.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.44. *Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:*

4.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.44.3. florestas plantadas; e

4.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.1.45. *Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:*

4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

4.1.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

4.1.45.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.1.46. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.1.47. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.1.48. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.1.48.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

4.1.48.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.1.48.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.48.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.49. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.1.50. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.1.51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.1.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.52. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.53.. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

~~4.1.56.. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:~~

~~4.1.56.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.[A16]~~

4.1.57. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A17]

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A18]

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A19]

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A20]

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL[A21]

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

OU

~~6.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

~~6.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.~~

~~6.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.[A22]~~

~~6.7. Caso a notificação da não continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A23]~~

OU

~~6.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A24] contraentes.~~

6.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.10.3. Indenizações e multas.

6.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ~~ou na contratação direta~~, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A25]

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A26]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital ~~OU~~ ~~Aviso de Contratação Direta~~, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o ~~Pregão/Concorrência~~ ~~/Dispensa Eletrônica~~ nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ HENRIQUE PECIS

Membro da comissão de contratação

HENRIETTE DA SILVA PERBEILS

Membro da comissão de contratação

ANDREA NINO DORNELES NEVES

Autoridade competente



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



ARQUIVO: 01.TR_765720-000140-2025_REV09_POS_PT_CJU_2025_assin-Henri-
e-Pecis.pdf

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo II - Assinatura Gov.Br

HENRIETTE DA SILVA PERBEILS (CPF ***.558.587-**) em 04/11/2025 11:29:55 -0300 (BRT),



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

LUIZ HENRIQUE PECIS (CPF ***.185.627-**) em 12/11/2025 15:52:16 -0300 (BRT),

***** Cópia para verificação de assinaturas. *****